REVISTA

IBEF

INSTITUTO BRASILEIRO DE EXECUTIVOS DE FINANÇAS

ANO VIII - NÚMERO 37 - BIMESTRAL - 2012
www.ibefrio.org.br

António Pita de Abreu, presidente da EDP no Brasil.

José Lima Neto, presidente da BR Petrobras e o mercado de combustíveis.

Jeremiah O'Callaghan, diretor de RI da JBS e o poder da escolha.

Nehemias Gueiros: a internet ainda distante do Direito.

Antonio Delfim Netto: crescimento de 4% em 2012 ?

IBEF
Rio de Janeiro

www.pwc.com.br

Para o Brasil não só para os outros, com a consultoria

Para nós, equilíbrio na hora de empreender significa
aumentar as possibilidades de sucesso e diminuir os riscos.
Você diz o que é valor para você,
a PwC ajuda sua empresa a chegar lá.

Siga-nos no Twitter @PwCBrasil e facebook.com/PwCBrasil.

pwc

© 2012 PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda. Todos os direitos reservados. Neste documento, "PwC" refere-se a PricewaterhouseCoopers Brasil Ltda., firma

ageisobar

crescer conte da PwC.

membro da PricewaterhouseCoopers International Limited, constituindo-se cada firma membro da PricewaterhouseCoopers International Limited pessoa jurídica separada e independente.

Índice

Editorial - Marcos Varejão 03

Entrevista - António Pita de Abreu, presidente da EDP Brasil.....04

Internacional - Rio Investors Day 2012.....10

Opinião - Antonio Delfim Netto - Crescimento de 4% em 2012?.....11

Opinião - Sonia Wada - Os benefícios da gestão do conhecimento para as organizações.....12

Opinião - José Lima Neto, presidente da BR Petrobras - Mercado de combustíveis no Brasil.....15

Internacional - Aeroportos brasileiros e a iniciativa privada.....17

Opinião - Nehemias Gueiros - A internet ainda distante do Direito.....20

Internacional - Energia limpa para a Copa 2014 e Olimpíadas Rio 2016.....22

Day Trade - Coluna de informação.....24

Opinião - Sandra Franco e Adriana Paula Rosa - Planos de saúde.....28

Nacional - Ibope informa que consumo no Brasil deve superar R$ 1 trilhão em 2012.....30

Nacional - O Rio de Janeiro e seu polo automotivo.....32

Opinião - Frederico Vilar - Mobilidade como chave para o crescimento.....33

Opinião - Mário Guerreiro - O que a engenharia brasileira precisa?.....34

Opinião - Jeremiah O'Callaghan - O poder da escolha.....36

Opinião - Ricardo Castilho - Negócio social é a solução para organizações se manterem.....38

Nacional - Graça Foster e o plano de negócios da Petrobras. 40

Estante - Coluna sobre publicações editoriais..... 41

Opinião - Maurício Ferraz de Paiva - O turismo sustentável precisa ganhar espaço no Brasil.....42

Opinião - Paul Dinsmore - Sua empresa sabe gerenciar projetos?.....44

Jurisprudência - André Arruda - Terceirização, redução de custos e aumento de qualidade.....46

Opinião - Carlos Rossin - Rio+20: Um balanço sobre a sustentabilidade nas últimas décadas.....48

Editorial

Brasil já é a sexta economia do mundo.

A escalada do Brasil nos degraus da economia mundial, ocupando o sexto lugar na lista dos países com as maiores economias do mundo merece destaque nesta edição da **Revista IBEF**.

Os dados apresentados recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirmaram a posição brasileira, à frente do Reino Unido, uma das maiores potências econômicas mundiais desde o século XVIII. Assim, estamos abaixo somente dos Estados Unidos, China, Alemanha, Japão e Europa.

Mesmo com crescimento inferior do PIB (Produto Interno Bruto) em relação ao ano de 2010, de 2,7% em 2011, com valor calculado de US$ 2,469 trilhões, a notícia é uma grande conquista para o país que mais uma vez ocupou a primeira página de jornais do mundo todo.

Muito se especula sobre a ultrapassagem brasileira, mas a grande verdade é que há tempos o país merece a atenção mundial e vem conquistando seu espaço na economia. A ascensão social, o modo como vem passando pelas crises que afetam grandes potências, a participação ativa frente às decisões internacionais, a decolagem de empresas nacionais fazem valer nossa posição, hoje merecedora. Sem falar de toda a atenção que nosso país tem recebido por sediar os jogos da Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016, atraindo investimentos do mundo todo.

Devo citar, inclusive, o lugar de destaque que a cidade do Rio de Janeiro ocupa atualmente em nossa economia. Por conta disso, a prefeitura do Rio organizou o *Day Investors* 2012, que irá apresentar as oportunidades em diversos setores, no cenário carioca. Em seu segundo ano consecutivo irá reunir grandes nomes do mundo corporativo – alguns detalhes do evento você confere em matéria publicada nas páginas a seguir.

Boa leitura!

Abril 2012

Marcos Chouin Varejão

António Pita de Abreu presidente da EDP Brasil.

Revista IBEF - O Grupo EDP está entre os grandes operadores europeus do setor de energia, sendo um dos maiores operadores energéticos da Península Ibérica, o maior grupo industrial português e o 3º maior produtor mundial de energia eólica. No Brasil, qual a participação da companhia e onde atua?

A EDP no Brasil é uma holding que detém investimentos no setor de energia elétrica, consolidando ativos de geração, distribuição e comercialização. Está presente no segmento de geração nos estados do Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Amapá/Pará, Ceará, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Já no segmento de distribuição, a EDP atua em 70 municípios do Estado do Espírito Santo, com a EDP Escelsa, e em 28 municípios de São Paulo, com a EDP Bandeirante.

Revista IBEF - Quais empresas de geração de energia elétrica fazem parte do grupo EDP no Brasil?

A EDP atua em três segmentos na geração de energia no Brasil: hídrica, eólica e termelétrica. A capacidade instalada de geração da EDP no Brasil é de 1.828 megawatts (MW):

- Geração = 1.790 MW
- EDP Renováveis = 37.8 MW(valor que corresponde a EDP no Brasil)
- Geração em construção = 1.213 MW

Em geração hídrica atua por meio de UHEs (Usinas Hidrelétricas) e PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) nos estados do Espirito Santo e Mato Grosso do Sul. Com a Investco, controla a Usina Hidrelétrica Lajeado, no estado do Tocantins. É a maior usina do Brasil que pertence a uma empresa privada. Já com a Enerpeixe, que detém 60% da participação acionária, opera a Usina Hidrelétrica Peixe Angical, também no Tocantins. No primeiro semestre de 2011, o Grupo EDP adquiriu a UHE Santo Antônio do Jari (Amapá/Pará), com capacidade instalada de 373 MW.

Em geração eólica participa com 45% do capital da EDP Renováveis Brasil. A entrada na EDP no setor foi marcada pela aquisição da Cenaeel (Central Nacional de Energia Eólica) – primeiro investimento privado do setor no Brasil. Ainda tem operações em Santa Catarina, com a UEE Horizonte e UEE Água Doce, e no Rio Grande do Sul com o Parque Eólico de Tramandaí. A EDP Renováveis, braço eólico do Grupo EDP, é a 3° empresa mundial nesse segmento.

Em geração termelétrica a EDP possui em construção a Usina Termelétrica Energia Pecém (720 MW), localizada no Ceará, um empreendimento em parceria com a MPX Energia (50%-50%), que entrará em operação em 2012.

Revista IBEF - A EDP no Brasil é uma *holding* que consolida ativos de geração, distribuição e comercialização. Qual a perspectiva da companhia no país e investimentos no setor?

A empresa mantém a meta de crescer no setor de geração. É a 5ª maior geradora privada em capacidade instalada e com meta de ampliar a participação em geração. A previsão é que até 2012 a empresa chegue a 2.150 MW, potência quatro vezes maior em relação à registrada em 2005.

Com a entrada em operação comercial de Pecém I (360 MW em 2012), a finalização da repotenciação da UHE Mascarenhas (+9 MW em 2013), a entrada em operação da UHE Santo Antonio do Jari (373,4 MW em 2015) e a entrada em operação dos parques eólicos Baixa do Feijão I,II,III e IV (54 MW em 2016) a capacidade instalada prevista atingirá 2.625 MW em 2016.

Em distribuição é a 4ª maior companhia privada do setor elétrico brasileiro, possuindo o controle integral da EDP Escelsa (ES) e EDP Bandeirante (SP). A EDP Bandeirante fornece energia para 1,5 milhão de clientes em 28 municípios do Alto Tietê, Vale do Paraíba e Litoral Norte do Estado de São Paulo. A EDP Escelsa distribui energia para 1,2 milhão de clientes em 90% do Estado do Espírito Santo, o que contempla 70 municípios capixabas. O volume de energia em trânsito nas redes destas duas Distribuidoras somou 9.413,9 GWh, em 2011, um aumento de 4,2% comparado com o mesmo período do ano anterior. Já o volume de energia vendida a clientes finais alcançou, no acumulado de 2011, 14.624,4 GWh, alta de 2,9% em relação ao ano anterior.

Na área de comercialização, é a 3ª maior comercializadora privada do setor elétrico brasileiro. A EDP atua no mercado livre de energia e é uma das maiores empresas do segmento, com 8.263 GWh comercializados em 2010 e 9.895 GWh em 2011, aumento de 19,7% em comparação com o ano anterior.

Revista IBEF - A Lei da Eletricidade introduziu modificações significativas na regulamentação do setor energético brasileiro. Quais ações a EDP realizou para manter a capacidade de produção e assegurar o fornecimento de eletricidade no Brasil?

O setor eletrico é, em todos os países do mundo, um setor fortemente regulado . A EDP opera em vários países há muito anos. A regra do jogo é adaptar a nossa organização e estrutura produtiva às novas regras que periodicamente são estabelecidas pelas autoridades. Foi o que também fizemos com a Lei da Eletricidade e estamos seguros que manteremos o caminho de crescimento e sucesso que tivemos até aqui.

Revista IBEF - A EDP Renováveis, detida em 77,5% pelo Grupo EDP, opera nos mercados de energias renováveis, fundamentalmente na energia eólica. Qual a capacidade de produção e a perspectiva de crescimento?

A EDP Renováveis é a 3ª maior operadora de empreendimentos eólicos do mundo.

Aqui no Brasil ela tem uma parceria com a EDP - Energias do Brasil S.A e atua nos Estados de Santa Catarina (Cenaeel), com a capacidade instalada de 13,8 MW, e no Rio Grande do Sul (Parque Eólico Tramandaí), com 70 MW.

No Leilão A-5, realizado em 20 de dezembro de 2011, a EDP Renováveis Brasil S.A. vendeu 57,2 MW médios de energia nova, que vai gerar em 4 usinas eólicas a serem construídas no estado do Rio Grande do Norte: Baixa do Feijão I, II, III e IV.

Revista IBEF - Qual foi o desempenho da companhia em 2011 e qual a perspectiva para crescimento até 2013?

A receita liquida acumulada pela companhia em 2011 totalizou R$ 5.401,7 milhões, com aumento de 7,3% em comparação a 2010.

Mantivemos o nosso foco estratégico no crescimento do negócio da geração com a aquisição da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari e, como vocês se referiram, de quatro novos projetos de geração eólica.

A qualidade de serviço das nossas redes de Distribuição continuou melhorando. Vitória, capital do Espírito Santo e servida pela nossa concessionária EDP Escelsa, é a cidade com a melhor qualidade de serviço em todo o Brasil.

Revista IBEF - A EDP no Brasil realiza ações sustentáveis que integram o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo. Quais as principais atividades desenvolvidas na área?

Por seis anos seguidos a EDP está listada no ISE, Indice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F/ BOVESPA, para onde estão selecionadas apenas 38 empresas de 18 setores em todo o Brasil. A participação da EDP comprova o resultado do trabalho da companhia em adotar em seu Plano de Negócios os conceitos de Inovação e Sustentabilidade. Para a empresa, o princípio da sustentabilidade está diretamente ligado à inovação. Para se ter práticas sustentáveis a empresa tem que ser inovadora. Sustentabilidade e Inovação são fundamentos que a EDP aplica em toda a cadeia de valor, servindo-se para isso deste novo conceito, difundido como regra de vida a todos os seus colaboradores e, progressivamente, aos seus fornecedores e demais stakeholders.

E como a sustentabilidade faz parte da vida diária do Grupo EDP no Brasil, a empresa tem implementado uma série de ações para mobilização de seus colaboradores e executivos, no sentido de disseminar a cultura de buscar diariamente a solução para os seus desafios de forma inovadora e com benefícios ao meio ambiente.

Um dos programas que colaborou para que a EDP no Brasil fosse reconhecida é o Econnosco, que teve início em 2009 e estimula o consumo racional de água, energia elétrica, combustíveis, resíduos e papel. Consta ainda do programa o incentivo à reciclagem e à utilização do conceito de pegada ecológica, que calcula o impacto ambiental de indivíduos, organizações e populações.

A EDP também possui uma política de ações de eficiência energética e redes inteligentes, promovendo o desenvolvimento de tecnologias mais limpas e eficientes, e também conscientizando a população sobre o uso racional de energia elétrica. Entre os exemplos, vale referir o programa Inovcity, que está sendo implantado em Aparecida, área de concessão da EDP Bandeirante – que será a primeira cidade dotada de uma rede inteligente de energia (smart grid) no Estado de São Paulo, onde serão aplicadas soluções inovadoras de mobilidade elétrica, eficiência energética, novas tecnologias na iluminação pública, medidores inteligentes nas residencias, geração distribuída/ microgeração de energia, entre outros

O Instituto EDP, criado em 2007 para atuar nas áreas ambientais, sociais e culturais já é uma referência. Ele apresenta como diferencial o fato de utilizar como fonte de financiamento os recursos oriundos da venda de créditos de carbono originados em projetos da EDP.

Revista IBEF - A empresa também aderiu aos princípios do Pacto Global da ONU. Quais são os conceitos seguidos?

Com a adesão ao Global Compact, a EDP no Brasil afirmou em 2007 a sua intenção de prosseguir no caminho da sustentabilidade e se comprometeu a apoiar os seus princípios, não apenas agindo de acordo com eles, mas também propagando a sua aplicação.

agência mood³

Imagens meramente ilustrativas.

Ao abrir o capital, há 10 anos, a CCR mais uma vez abria novos caminhos.

O maior desafio dos pioneiros é ter a coragem para dar o primeiro passo. E a CCR deu esse passo em 2002, quando marcou o mercado brasileiro de ações, ao ser a primeira empresa a ingressar no Novo Mercado da BM&FBovespa, seguindo as mais rígidas regras de governança corporativa, transparência e ética. A abertura de capital impulsionou tanto a CCR quanto o Novo Mercado, que se consolidou como referência das bolsas de valores em âmbitos nacional e internacional. Com seu pioneirismo, a CCR desbravou um novo caminho. Quem acreditou chegou lá.

CCR 10 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

CCR. É POR AQUI QUE A GENTE CHEGA LÁ.

CCR

Ponte NovaDutra ViaLagos RodoNorte AutoBAn ViaOeste RodoAnel Renovias ViaQuatro STP Controlar Actua Engelog EngelogTec SPVias

www.grupoccr.com.br

Esse compromisso é reafirmado todos os anos com a entrega, por parte da empresa, do COP - *Communication on Progress*, documento que ratifica a adesão ao desafio. Ao atender todos os critérios estabelecidos pelo *Global Compact*, a EDP no Brasil atingiu o GC Advanced Level, que tem como objetivo criar um padrão mais alto de desempenho em sustentabilidade corporativa e reporte da sustentabilidade.

Revista IBEF - Em sua opinião, qual o futuro do setor elétrico brasileiro?

O setor elétrico brasileiro vai sofrer uma grande evolução principalmente nas áreas de geração e de transmissão de energia. O crescimento destas atividades resulta da necessidade de dotar o país com as infraestruturas energéticas que possam suportar o forte crescimento econômico que se vai verificar.

Já nas redes de distribuição que foram muito desenvolvidas com o programa governamental, Luz para Todos o enfoque será mais na modernização e automatização.

Revista IBEF - O Instituto EDP foi criado como uma plataforma de relacionamento com todas as partes interessadas na dimensão socioambiental. Quais as atividades desenvolvidas?

O Instituto EDP foi criado em 2007 para agrupar as ações socioambientais, educativas e culturais do Grupo EDP no Brasil.

Entre os projetos gerenciados pelo Instituto EDP está o EDP nas Escolas, que desde 2011 atua para contribuir para o desenvolvimento do aluno e para a melhoria da qualidade do ensino fundamental em escolas públicas municipais, desenvolvendo ações de melhoria do ambiente escolar, concursos culturais, capacitação de professores e campanhas de saúde bucal e de conscientização para o uso racional e seguro de energia elétrica. Na edição de 2011, cerca de seis mil kits escolares foram distribuídos a alunos de 17 municípios dos estados de São Paulo, Espírito Santo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Tocantins.

O Programa EDP Solidária, criado em 2007, tem como objetivo apoiar organizações não governamentais a colocar em prática ações sociais nas áreas de educação, assistência social e desenvolvimento regional. Por meio de seleção pública, com divulgação de edital, são indicadas as iniciativas mais adequadas às propostas de atuação da organização. Todos os projetos devem contar com ações referentes ao negócio da empresa, estimulando o uso racional e seguro da energia elétrica.

Já o projeto EDP Amiga da Criança patrocina e apoia projetos que contribuem para o desenvolvimento pessoal, físico, social e cultural de crianças e adolescentes. Em 2011, o programa atendeu 1.061 crianças e adolescentes nos projetos desenvolvidos em São Paulo, Espírito Santo e Tocantins, como Projeto Lumiar, Música na Escola, Fazendo Arte, Projeto Ponte, Ilumina Ação e Projeto Candeia.

O EDP Cultura seleciona e apoia, por meio do Edital de Cultura, iniciativas e projetos que ampliam o acesso à cultura, valorizam a diversidade e fortalecem expressões artísticas regionais brasileiras. O projeto pretende desenvolver a produção artística nacional, com realce para o incentivo à formação de novos artistas e às artes performáticas (teatro, dança e outros), artes plásticas e literatura.

O carro-chefe do Instituto EDP no segmento de artes plásticas, o Prêmio EDP nas Artes é uma parceria com o Instituto Tomie Ohtake. Envolvendo atividades de oficinas capacitação de artistas locais para criação de portfólio, palestras e exposição dos trabalhos criados, o programa é um estímulo à produção de arte entre o público universitário.

Desde 2008, o projeto EDP Esportes atua no apoio e patrocínio de ações que ampliam o acesso às práticas esportivas em suas múltiplas modalidades, visando contribuir para a formação humana integral e estimular a inclusão social. Em 2010, a EDP no Brasil recebeu distinção do Ministério dos Esportes como uma das companhias que mais se destacaram nesse patrocínio por meio de recursos da Lei de Incentivo ao Esporte.

A Turma do Bem é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), fundada em 2002, pelo cirurgião-dentista Dr. Fábio Bibancos. Essa organização presta atendimento odontológico gratuito, a partir do projeto Dentistas do Bem, para crianças e adolescentes de baixa renda com graves problemas bucais, por meio do trabalho voluntário de cirurgiões-dentistas. Atualmente, o projeto conta com mais de 10 mil dentistas voluntários espalhados por todo o Brasil e já atendeu mais de 21 mil crianças.

O Diálogos com a Comunidade é uma iniciativa do Instituto EDP em parceria com a EDP Renováveis, realizado desde 2010 no município de Tramandaí (RS) e implementado durante a construção do parque eólico local. Promove a integração entre empresa, comunidade e poder público com o objetivo de esclarecer dúvidas sobre o empreendimento e atuação da EDP a respeito da instalação, expansão ou implantação deste novo projeto na região. É uma oportunidade para a comunidade empoderar-se e organizar-se numa relação de confiança e proximidade com o poder público.

O Portable Light é desenvolvido para auxiliar comunidades isoladas da região Oeste do Pará, em parceria com o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento e a empresa norte-americana KVA, em ligação com o MIT. Ainda, promove a inclusão e o acesso à energia, por meio da disponibilização de kits de iluminação, com base na energia solar. Além dos kits, serão fornecidos também os componentes dos sistemas: painel fotovoltaico flexível, bateria e lâmpada.

O Programa de Voluntariado da EDP incentiva os colaboradores das empresas do Grupo a doar tempo, trabalho e talento a iniciativas que contribuem para a inclusão e transformação social.

Buscando reunir colaboradores interessados em sustentabilidade e em atualidades na hora do almoço, o Boca Livre é um bate papo mensal e conta com um orador convidado, apresentações musicais e exibição de trechos de filmes ligados à ética, responsabilidade social e meio ambiente.

Além dos projetos, gerenciados pelo Instituto EDP, também são estabelecidas parcerias que visam à integração social, cultural e socioambiental.

Para acompanhar o desenvolvimento de todas estas atividades, o Instituto conta em seu Conselho Consultivo com alguns dos nomes mais respeitados em suas áreas de atuação, como a psicóloga Viviane Senna, presidente do Instituto Ayrton Senna; o físico José Goldemberg, ex-secretário estadual do Meio Ambiente; o arquiteto e designer gráfico Ricardo Ohtake, diretor do Instituto Tomie Ohtake; e o economista Rodolpho Tourinho, ex-ministro das Minas e Energia.

Revista IBEF - Em sua opinião, qual o grande desafio que o Brasil tem frente a seu futuro?

Em minha opinião, o grande desafio é a qualificação das pessoas. O Brasil precisa com muita urgência de melhorar o nível médio de qualificação profissional da sua população. Só assim poderá aproveitar as oportunidades de crescimento econômico que lhe pode vir da grande riqueza de recursos naturais que possui.

Revista IBEF - Qual a sua opinião sobre o atual cenário nacional e internacional?

Vivemos tempos complexos ao nível do modelo econômico em que estamos e, porventura, em consequência disso, também do modelo de organização social. O caminho que foi seguido até agora levou-nos a uma situação em que estamos consumindo em cada dia mais recursos – água, alimento, matérias primas do que a natureza pode repor.

Temos urgentemente de reformular a nossa forma de viver e os nossos valores. Isso é muito evidente na Europa e nos Estados Unidos. No Brasil ainda não, porque só há poucos anos o país começou a crescer. Mas é necessário que o Brasil observe os erros que os países mais avançados cometeram para não cometer os mesmos erros.

Sendo europeu e tendo vivido a maior parte do tempo na Europa e, agora, há quatro anos no Brasil, tenho a sensação nítida que a Europa já vem retornando, cansada, de uma viagem que o Brasil está começando, ainda cheio de entusiasmo.

Rio Investors Day 2012.

Evento no Rio reunirá CEOs e CFOs das principais empresas de capital aberto.

De 21 a 22 de maio acontece o Rio Investors Day 2012, evento promovido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro que irá reunir CEOs e CFOs das principais empresas de capital aberto e representantes do governo federal, estadual e municipal, além de investidores institucionais nacionais e internacionais.

A cidade maravilhosa está em uma posição de destaque em meio ao cenário econômico mundial. "Além da elogiada beleza natural e do encanto mundialmente conhecido do nosso povo, os participantes do Rio Investors Day 2012 terão a oportunidade de conhecer um outro lado da cidade, apontada como uma das dez metrópoles que melhor reagiram à crise financeira mundial de 2008. O trabalho de quase três anos de recuperação das finanças públicas e da economia local já rendeu frutos", declarou o prefeito da cidade, Eduardo Paes, referindo-se ao grau de investimento global (Investment Grade) concedido pela Standard & Poor´s, agência internacional líder mundial na provisão de informações para o mercado financeiro. A agência de classificação de risco Mondy´s também conferiu o grau de *Investment Grade* pela segunda vez à cidade.

O Rio de Janeiro vive em uma de suas melhores fases, onde se prepara para sediar os dois maiores eventos esportivos do mundo, a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. As obras estão sendo realizadas em ritmo acelerado, como a ponte estaiada da Transcarioca, cujos pilares já começam a ser erguidos, que ligará a Barra da Tijuca ao Aeroporto Internacional Tom Jobim/Galeão, na Ilha do Governador.

Ligação entre os bairros do Recreio e Guaratiba, o túnel da Grota Funda, batizado como a "Estrela da Transoeste" é mais uma inovação que está sendo realizada na cidade. Está 80% concluído, incluindo toda tecnologia necessária para ser o mais moderno da história da cidade.

E é neste cenário de investimentos e ascensão que a prefeitura realiza, em seu segundo ano consecutivo, o Rio Investors Day, uma oportunidade para conhecer as ações que estão modificando os mais diversos espaços urbanos e influenciando positivamente na vida dos cidadãos. O evento irá apresentar painéis setoriais moderados por renomados analistas *sell-side*. Paralelamente, também estão programados horários para reuniões *one-on-one* com investidores institucionais e empresas participantes.

As empresas que já confirmaram participação são: Ambev, Amil, B2W, BNDES, Bradesco, Braskem, BRMalls, Multiplus, MMX, Odontoprev, OGX, Neoenergia, BTG Pactual, Cielo, DASA, Contax, Gerdau, Gol, Oi, Tim, SulAmérica, Usiminas, Vale, Vivo, Lojas Americanas, Itaú-Unibanco, Light, CSN, Petrobras, Santander, entre outras.

Crescimento de 4% em 2012?

*Antonio Delfim Netto**

O IBGE acaba de anunciar um crescimento de 2,7% do PIB em 2011. Alguns analistas fizeram comentários um tanto pessimistas por esse desempenho, como se fosse uma surpresa desagradável e ruim para a economia brasileira. O indicador antecedente do Banco Central (IBC-Br) havia tornado público há algum tempo o resultado de seus cálculos com o mesmo percentual. Esse crescimento foi bastante razoável tendo em vista: 1º) a desintegração das economias desenvolvidas, principalmente da área do Euro, e 2º) as medidas restritivas na área monetária para acalmar a taxa de inflação.

A política econômica mostrou avanços que terão efeitos futuros: a) melhor coordenação fiscal e monetária, b) decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de implementar a redução dos juros Selic discordando da opinião da maioria dos analistas, e c) determinação de exercer maior controle sobre os gastos de custeio.

Hoje parece claro que a política que deu mais ênfase ao aspecto fiscal proporcionou maior grau de liberdade à monetária para usar outros instrumentos como, por exemplo, o IOF sobre transações que envolvem a taxa de câmbio. A meta fiscal de produzir um superávit primário de 3,1% foi essencial para dar conforto do Banco Central na redução continuada dos juros. Hoje parece claro que a ação do Copom estava mais atenta à realidade do mundo e com o desenvolvimento recente da Economia do que uma boa parte dos seus críticos.

O compromisso do Governo de produzir novamente um superávit primário de 3,1% do PIB em 2012 é importante para a continuação da redução cuidadosa da taxa de juros real para um nível parecido ao do mercado internacional. Esta é uma das condições necessárias para que funcione adequadamente o sistema de câmbio flutuante. Outros indicadores fiscais importantes como o déficit nominal e a dívida pública/PIB, que mostraram melhoras em 2011, devem continuar na mesma direção.

É preciso lembrar: 1º) que a taxa de câmbio (juntamente com adequada matriz de tarifas efetivas) determina o equilíbrio entre o valor do fluxo de bens e serviços exportados e dos importados e é um dos preços mais importantes para manter a economia num alto nível de utilização dos fatores de produção internos, inclusive o emprego da mão de obra e 2º) que ela é sensível à política fiscal.

O que se pode esperar do crescimento em 2012? A maioria dos que, por motivos profissionais, tem orbigação de prevê-la afirma que ela será qualquer coisa entre 3% e 3,5%, sem explicitar as condicionalidades dessa profecia. Felizmente, ninguém mais fala que o "produto potencial" brasileiro é de 3,5%. Fala-se agora de 4,5%. Já devíamos saber que a única forma segura de prever o futuro é tentar construí-lo. Nada indica que não possamos crescer 4% se o Governo cumprir seu programa fiscal, cooptar o setor privado e ativar os investimentos do PAC. Transferir com rapidez os investimentos em infraestrutura para o setor privado através de concessões e parcerias é tão fundamental quanto eliminar alguns absurdos tributários.

** Economista e professor. Foi ministro da Fazenda, da Agricultura, do Planejamento e embaixador do Brasil na França.*

Os benefícios da gestão do conhecimento para as organizações.

*Sonia Wada**

Práticas de gestão do conhecimento não são apenas modismos da administração moderna. Não é de hoje que as empresas já a utilizam como ferramental de capacitação profissional. Temos inúmeros exemplos de mestres que passam os ofícios de sua profissão a seus aprendizes, desde os grandes mestres da arte como Da Vinci ao um simples carpinteiro em sua oficina rudimentar.

A economia mundial já viveu vários ciclos marcados pelas revoluções Agrícola e Industrial e, mais recentemente, pela Revolução da Informação. Na Revolução Agrícola, o poder político e econômico baseava-se na posse da terra. Já na Revolução Industrial, o determinante era o capital financeiro. Nela, passamos pela eras da produção em massa, da eficiência, da qualidade, da competitividade. Agora, em plena Era da Informação o que pesa é o conhecimento.

O saber e o aprender sempre foram as molas propulsoras da humanidade. Dados, informações e conhecimentos sempre existiram em todas as organizações, sejam elas do primeiro, segundo ou terceiro setor. O que há de novo nesse processo é entender o conhecimento como capital intelectual ativo das instituições. Saber geri-lo, conservá-lo, disseminá-lo, combiná-lo, criar e aplicar o conhecimento é fundamental para obter sustentabilidade e vantagem competitiva, por meio de melhorias, inovação e aumentando a qualidade de vida das pessoas, nesse mundo de constantes mudanças. Por isso é necessário que os gestores estejam abertos à criação de um ambiente favorável ao apoio de práticas que levem à formação de mais conhecimento, permitindo a captura e o filtro desse saber por meio de processos, métodos, práticas, ações e de sistemas internos de compartilhamento entre seus parceiros.

A grande questão é: onde está armazenado todo esse conhecimento? Ele está em toda parte, na cabeça das pessoas. É o conhecimento tácito, ou seja, aquele que foi formado pela vivência e pela interpretação e pela aplicação constante de dados e informações. Como transformar esse saber em conhecimento explícito, aquele que pode ser formalizado, armazenado, transportado, utilizado e mensurado? Somente com o gerenciamento de todo esse capital intelectual coletivo. Daí a necessidade da gestão do conhecimento!

Com a velocidade das transformações e a atual complexidade dos desafios, ganhar longevidade nesse mercado inconstante não é tarefa fácil. Empreendimentos públicos e privados devem antecipar suas estratégias aos fatos, precisam ser pró-ativos em suas decisões e reinventar-se a cada dia.

O que garante a segurança na tomada de decisões é a disponibilidade de todas as informações e conhecimentos possíveis. Quando esse capital intelectual está inacessível, disperso ou desorganizado, o futuro torna-se temeroso, incerto. A gestão do conhecimento veio em auxílio dos empreendedores no desenvolvimento de soluções relacionadas à competitividade e inovação nas empresas.

O cerne da gestão do conhecimento é justamente preocupar-se com a organização do conhecimento humano para que esse possa ser usado de maneira inteligente, gerando mais valor e aumentando o desempenho e a vantagem competitiva. Cabe à GC (Gestão do Conhecimento) criar, identificar, recolher, organizar, armazenar, integrar, partilhar, difundir, transferir, socializar, usar e explorar toda informação, filosofia, política, cultura, valores, normas, procedi-

A energia como tema. O Rio como cenário. E você como convidado.
Rio Oil & Gas. 30 anos. Um encontro imperdível.

RIO OIL & GAS
30ANOS
EXPO AND CONFERENCE
1982 - 2012

17 a 20 de setembro de 2012
Riocentro - Rio de Janeiro - Brasil

Realização
ibp

www.riooilgas.com.br

Clube de Idéias 02/12

Patrocínio Ouro:
Chevron

Patrocínio Prata:
amec
HESS

Patrocínio Cobre:
AVEVA

mentos, rotinas, processos, práticas e experiências dos colaboradores.

Muitos profissionais, com seus saberes individuais, deixam de trocar experiências entre si, impossibilitando o encontro de soluções na base da pirâmide e impedindo a implementação de uma boa gestão do conhecimento. Apoiada na participação ativa da alta administração, a GC coloca todos trabalhadores em contato constante, criando comunidades de aprendizado mútuo, disponibilizando a informação, na hora e no lugar acessível para cada necessidade, evitando retrabalho e sem duplicidade de esforços.

A gestão do conhecimento estimula os indivíduos a buscarem e compartilharem seu capital intelectual, de acordo com suas habilidades, por meio de ferramentas criadas para esse fim como, por exemplo, redes internas, portais, conversas informais, grupos de trabalho, lições aprendidas, comunidades de práticas, assistência a colegas, análise de rede social, colaboração em rede, narrativas, educação corporativa, inteligência nos negócios, processo de criação e inovação e gestão de intangíveis. O resultado se materializa na aplicação desses saberes cotidianos no ambiente de trabalho.

Os benefícios são inúmeros tanto para a pequena empresa como para as gigantes multinacionais e até governos e o melhor: está disponível para qualquer tipo de empreendimento. Basta vontade de crescer e aprender sempre. Em primeiro lugar, as instituições ganham agilidade e mais capacidade de resposta aos problemas imediatos, tornam-se mais competitivas e rentáveis. Os trabalhadores, por sua vez, sentem-se valorizados e motivados. Isto aumenta o seu rendimento produtivo, auxilia no desenvolvimento de competências e facilita a comunicação entre os pares. Esses perdem o medo natural de compartilhar ideias geradoras de inovação e de enfrentar novos desafios. Além disso, a GC também propicia conscientização do pessoal em torno do negócio, criando e aplicando o conhecimento em novos produtos, nos processos, na execução de tarefas para atingir a excelência operacional, no atendimento ao consumidor etc. Tudo isso agrega valor à organização.

Para as empresas, a GC melhora a capacidade de atrair profissionais comprometidos com resultados de longo prazo, com conhecimentos e habilidades diversas, gera empregabilidade, diminui a rotatividade, estimula a criatividade e a vontade constante de aprendizado. Otimiza, ainda, os processos internos e os fluxos de trabalho. Desta forma, a gestão do conhecimento gera valor às organizações, diferenciando-as das demais. Propicia um melhor aproveitamento do conhecimento já existente, contribui para a redução de custos, para o aumento de competitividade e receita. Também os investimentos em capacitação profissional acabam por retornar mais rapidamente.

A agilidade nas respostas e o comprometimento são notados pelos clientes que percebem a sensível melhora no atendimento e na qualidade dos serviços, ou seja, quando uma decisão é tomada com mais segurança, rapidez e competência há uma melhor obtenção de resultados percebidos. Outra vantagem é conhecer os pontos fortes e fracos da organização para buscar a correção de rumos e a melhoria contínua.

Invariavelmente, empreendimentos bem sucedidos são aqueles nos quais a gestão do conhecimento faz parte do ambiente e de sua cultura organizacional. Em outras palavras, faz parte do seu DNA, isto é, está intrínseca nos processos, sistemas, comportamento e valores. São aqueles que utilizam a GC como recurso estratégico para gerar vantagem competitiva e aumentar o valor de mercado. São os que incorporam essa inteligência coletiva à tecnologia, atendimento, produtos e serviços. Exemplos não faltam, Apple, IBM, MPX, Tetrapak, Natura, Correios, Petrobras, Vale, entre muitas outras. Essas empresas já entenderam que o conhecimento é um gerador de riquezas, é um fator fundamental para mantê-las competitivas no mercado, fortalecer suas competências e melhorar seu desempenho. Esse capital não tem preço, portanto, não pode ser negociado!

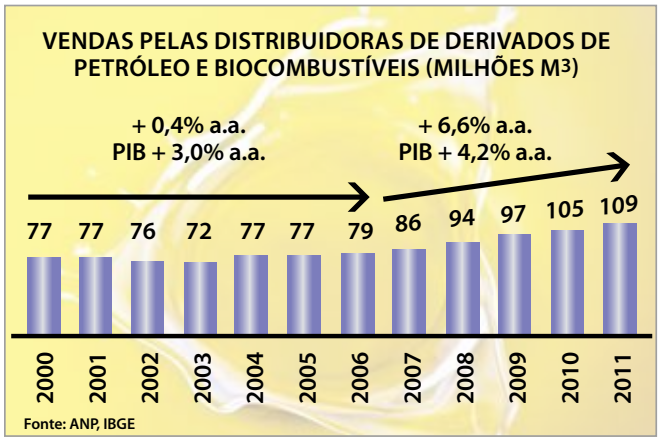
Pesquisadora, formada em Biblioteconomia e Documentação pela ECA / USP . Atualmente é diretora presidente da SBGC - Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento e do KM Brasil 2012 – Congresso Brasileiro de Gestão do Conhecimento , evento que acontece em agosto, em São Paulo.

Mercado de combustíveis no Brasil: crescimento, oportunidades e desafios.

*José Lima Neto**

O mercado brasileiro de distribuição de combustíveis, medido pelo volume de vendas, tem apresentado, nos últimos anos, um crescimento superior ao da economia brasileira. De acordo com o IBGE, em 2011 o Produto Interno Bruto apresentou um crescimento de 2,7%, enquanto o mercado de distribuição de combustíveis cresceu 3,1%, segundo a ANP.

Esse comportamento tem se mantido desde 2007. Em média, o mercado cresceu nesse período 6,6% ao ano, enquanto o PIB cresceu 4,2% ao ano. No período anterior, entre 2001 e 2006, à exceção de 2004, o mercado de combustíveis teve crescimento menor que o da economia brasileira, conforme gráfico.

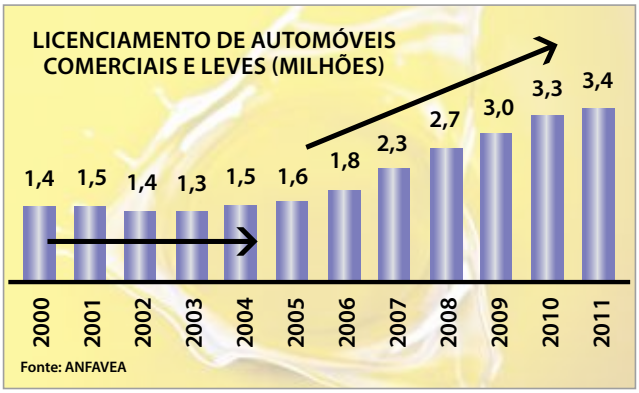


TAXA DE CRESCIMENTO

VENDAS	-0,1	-0,8	-5,3	6,1	0,6	2,2	8,7	9,3	3,2	9,0	3,1
PIB	1,3	2,7	1,1	5,7	3,2	4,0	6,1	5,2	-0,3	7,5	2,7

Entre os principais fatores que contribuíram para essa mudança, destaca-se a recente alteração na estrutura social no país, com a significativa migração das classes D e E para a classe C. De acordo com estudo do Centro de Políticas Sociais da FGV, a classe C, que representava 39,73% da população em 2004, aumentou a sua participação para 55,05% em 2011, fruto da migração das classes D e E que correspondiam, em 2004, à 52,56% da população, caindo para 33,19%, em 2011.

O crescimento da classe média provocou uma forte ampliação do consumo de diversos bens e serviços, o que pode ser observado no significativo crescimento dos licenciamentos de automóveis e comerciais leves que ocorreu a partir de 2004. Os licenciamentos au-



mentaram em média 14,5% ao ano de 2004 a 2010, enquanto no período entre 2000 e 2004 esses licenciamentos tiveram um crescimento de 1,3% ao ano. Um outro dado que comprova a mudança estrutural pela qual passa a economia brasileira é o número de passageiros transportados pelas empresas aéreas, que apresentou um crescimento médio de 17% ao ano, nos últimos três anos. Isso foi acompanhado pelo aumento médio da demanda de combustível de aviação também em dois dígitos.

Destaque-se, também que a demanda de combustíveis, a exemplo do PIB, vem crescendo mais em regiões que historicamente cresciam abaixo da média nacional. As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste tiveram seu consumo de combustíveis ampliado em 8% ao ano entre 2006 e 2011, comparado com o crescimento de 6,6% ao ano do mercado nacional. Esse deslocamento do consumo provoca efeitos relevantes na logística de distribuição do país.

Além dos impactos do crescimento acelerado do consumo e da interiorização da demanda, a logística de distribuição também é afetada por mudanças no perfil de consumo, como a introdução dos veículos flex. A frota desses automóveis, com início de fabricação em 2003, atingiu aproximadamente 15 milhões de unidades em 2011, o que correspondente à metade da frota de carros leves do país. Esse novo contexto provocou mudanças bruscas na demanda de abastecimento dos veículos de passeio, a exemplo do que ocorreu em 2011, quando o percentual de etanol recuou para 22%, após ter alcançado 37% em 2009. É um desafio a mais, que, no entanto, sob a ótica do consumidor, significa poder exercer de forma plena o seu direito de escolha.

Assim, o crescimento acelerado da demanda de combustíveis, acima inclusive do PIB, a afluência de novos consumidores ao mercado e a regionalização do consumo geram desafios importantes e, certamente, também devem continuar gerando grandes oportunidades para um mercado que hoje movimenta mais de R$ 200 bilhões e que deve se manter como um dos segmentos mais relevantes no contexto do crescimento do país nos próximos anos.

** Presidente da BR Petrobras Distribuidora S.A.*

Aeroportos brasileiros e a iniciativa privada.

Três dos maiores aeroportos brasileiros vão ser administrados pela iniciativa privada, cujo valor arrematado por meio de leilão somou R$ 24,5 bilhões, quase cinco vezes os R$ 5,477 bilhões estipulados inicialmente. São eles o Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, em Guarulhos, São Paulo (R$ 16,213 bilhões), o Aeroporto Internacional de Viracopos, Campinas, também em São Paulo (R$ 3,821 bilhões), e o Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, em Brasília (R$ 4,51 bilhões).

Além dos valores dos lances, as concessionárias terão de investir mais R$ 16,1 bilhões previstos no edital - sendo quase R$ 3 bilhões até a Copa do Mundo, com objetivo de dar padrão internacional aos serviços, que vão desde informatização, adequação de lojas, publicidade, novos terminais, entre outras melhorias em serviços, como transporte. Para o aeroporto de Brasília, estão previstos nesta fase R$ 626,53 milhões em investimentos, incluindo um novo terminal para, no mínimo, dois milhões de passageiros por ano. Em Viracopos, os investimentos até a Copa somarão R$ 873,05 milhões, com novo terminal para, no mínimo, 5,5 milhões de passageiros por ano. No caso de Guarulhos, os aportes serão da ordem de R$ 1,38 bilhão, incluindo o novo terminal, com capacidade para sete milhões de passageiros por ano. Além dos terminais, estão previstas obras em ampliação de pistas, pátios, estacionamentos, vias de acesso, entre outras.

No total, para o aeroporto Internacional de Guarulhos serão R$ 4,6 bilhões, para o de Campinas, R$ 8,7 bilhões e para o de Brasília está previsto investimento de R$ 2,8 bilhões. Os aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília, que estão entre os maiores do país, respondem conjuntamente pela movimentação de 30% dos passageiros, 57% da carga e 19% das aeronaves do sistema brasileiro.

Segundo informações da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, "A partir da celebração do contrato haverá um período de transição de seis meses (prorrogável por mais seis meses), no qual a concessionária administrará o aeroporto em conjunto com a Infraero, detentora de participação acionária de 49% em cada aeroporto concedido. Após esse período, o novo controlador assume as operações do aeroporto".

NAS MÃOS DE GIGANTES

O consórcio Invepar (Investimentos e Participações em Infraestrutura) – ACSA foi o vencedor do leilão para o aeroporto de Guarulhos, conhecido como Cumbica, e vai administrar e operar um dos aeroportos mais importantes do país, por 20 anos.

O Grupo Invepar opera e administra hoje sete empresas: seis importantes rodovias no país e uma concessão metroviária, o MetrôRio. O total dos ativos de suas empresas soma cerca de R$ 4 bilhões, segundo Relatório Anual de 2010. O faturamento aproximado do grupo, conforme demonstrações financeiras do semestre de 2011 são de aproximadamente R$ 660 milhões.

A ACSA Airport Company South Africa é responsável pela operação de 9 aeroportos da África do Sul. Entre eles, os três principais aeroportos internacionais de O.R. Tambo, Cape Town e King Shaka, que juntos receberam, em 2010, cerca de 30 milhões de passageiros. Também opera, desde 2006, o aeroporto de Mumbai, na Índia, que recebeu 29 milhões de passageiros em 2010. O seu principal acionista é o governo sul-africano, que controla 74,6% da companhia.

O aeroporto de Viracopos, em Campinas passará a ser operado pelo Consórcio Aeroportos Brasil, formado por três empresas: TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. (com participação de 45%), UTC Participações S.A. (com outros 45%) e Egis Airport Operation (com os 10% restantes). A Triunfo Participações atua no segmento rodoviário por meio de suas controladas Concepa, Concer e Econorte e detém participação acionária majoritária na Rio Guaíba, Rio Bonito e Rio Tibagi, empresas que prestam serviços gerais às suas concessionárias. Com a Portonave, a companhia também está autorizada a explorar o Terminal Portuário de Navegantes, destinado a contêineres. Além disso, por meio da Rio Verde, possui autorização para exploração da Usina Hidrelétrica Salto, em Goiás.

A UTC se destaca nos segmentos de produção e processamento de petróleo e gás, petroquímica, geração de energia, siderurgia, papel e celulose, metalurgia, construção e manutenção industrial. Criada em 1974, a empresa faz gerenciamento, construção, montagem e manutenção tanto de pequenas unidades a grandes complexos integrados, inclusive plataformas *offshore*. Possui duas bases de operações offshore em Niterói e Macaé, ambas no Rio de Janeiro, localizadas estrategicamente próximas à Bacia de Campos e ao Polo de Construção Naval da Baía de Guanabara.

A Egis Airport Operation tem a concessão de 11 aeroportos no mundo todo. Possui sede na França e volume de negócios de mais de 31,4 milhões de euros.

Já o consórcio Inframérica Aeroportos, formado pela Infravix Participações e Corporation America, da Argentina, ficou com a concessão do aeroporto de Brasília. A Infravix é o braço do grupo Engevix, maior empresa de engenharia consultiva do Brasil, com faturamento anual na marca de R$ 1,6 bilhão e cerca de 45 anos de experiência. Está presente em seis países da América do Sul, América Central e África, e atua, principalmente, nas áreas de óleo e gás, energia, siderurgia, mineração, papel e celulose e infraestrutura.

terminais marítimos

Operamos dois terminas adjacentes no Porto do Rio de Janeiro, o Terminal de Contêineres MultiRio e o Terminal de Veículos MultiCar, ambos sob concessão da Cia Docas do Rio de Janeiro

portos secos

Localizados estrategicamente nas cidades do Rio de Janeiro, Resende e Juiz de Fora, recebemos carga importadas e a exportar sob diversos regimes aduaneiros

terminais aeroportuários*

Geograficamente localizado entre os principais aeroportos brasileiros, o Aeroporto Regional da Zona da Mata está equipado para decolagem e pouso dos maiores aviões cargueiros e de passageiros

logística integrada

Através da nossa rede integrada de portos marítimos, portos secos e terminais aeroportuários, oferecemos soluções customizadas de logística integrada

Usando tecnologia de ponta como: SAP R/3, Navis SPARCS e também software proprietário, oferecemos rastreamento em tempo real de toda a cadeia logística.

* Totalmente operacional até Junho 2011

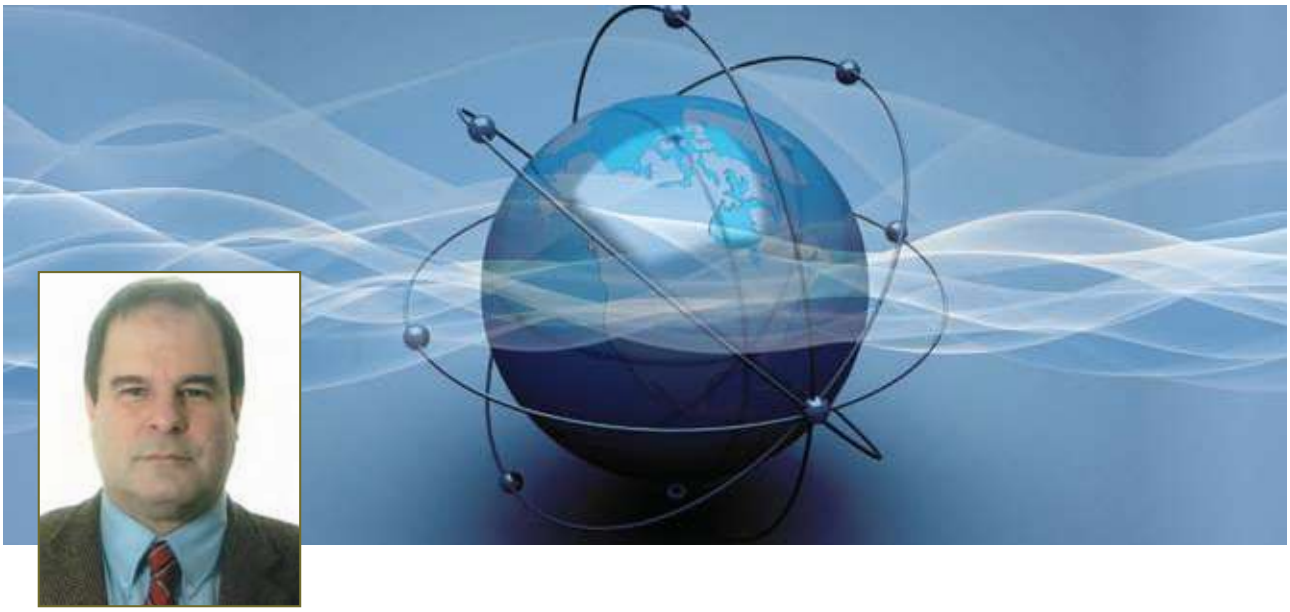
MULTITERMINAIS
LOGÍSTICA INTEGRADA

Av. Nilo Peçanha 11 - Grupo 405
Rio de Janeiro, Brasil - 20.020-100
Tel +55 21 3095-6600
Fax +55 21 2262-9486

contato@multiterminais.com.br
www.multiterminais.com.br

A internet ainda distante do Direito.

Nehemias Gueiros, Jr *



Vivemos numa época extraordinária. A internet, rede mundial de computadores desenvolvida nos EUA no início da década de 60 e que monopolizou a vida cotidiana da sociedade, criou um novo mundo entre nós: o ciberespaço (*cyberspace*). Um mundo literalmente sem fronteiras, o ciberespaço tem sido objeto de intensos estudos e pesquisas pelos operadores do Direito em todo o mundo civilizado, mas ainda com poucas soluções práticas para as questões jurídicas que pontuam o mundo físico. Perda de privacidade, proteção à propriedade intelectual e ao consumidor, impostos, investimentos, jogos online, e a certeza de que as autoridades precisam mudar para adaptar-se à nova paisagem jurídica do e-commerce que não depende da localização física das partes comerciais são apenas alguns dos exemplos desta nova realidade. Entre as sugestões examinadas, está um estudo da Ordem dos Advogados dos EUA (ABA) intitulado *Business Law Global Cyberspace Jurisdiction Project* que apresenta possíveis soluções para as complexas questões jurisdicionais resultantes do advento da web, incluindo novos protocolos e princípios uniformes, o desenvolvimento de novas formas de resolução de conflitos e a utilização de agentes eletrônicos automatizados nas transações *online* para proteger os consumidores de sítios eletrônicos que possam lhes causar danos. A jurisdição vem se tornando cada vez mais uma questão fundamental para consumidores e empresas no âmbito da internet, em função do novo ambiente eletrônico propiciado pela Grande Rede de computadores. Todos que fazem negócios pela Internet precisam conhecer as leis a que terão de obedecer, que impostos pagar e quando, assim

Embora a chegada da internet não tenha modificado a natureza dos crimes e das ações humanas pré-eletrônicas, a velocidade da luz dos elétrons da rede resultou na necessidade de maximizar a eficiência do controle eletrônico, embora os governos não consigam redigir e aprovar leis em velocidade suficiente para acompanhar a evolução tecnológica.

como as proteções a que têm direito como consumidores ou prestadores de serviços e/ou fabricantes de produtos. Embora a chegada da internet não tenha modificado a natureza dos crimes e das ações humanas pré-eletrônicas, a velocidade da luz dos elétrons da rede resultou na necessidade de maximizar a eficiência do controle eletrônico, embora os governos não consigam redigir e aprovar leis em velocidade suficiente para acompanhar a evolução tecnológica. Nesse estudo, os advogados americanos concluem que nenhum Estado sozinho tem condições de implantar certificação suficiente para o ciberespaço e recomendam a criação de uma comissão multinacional para estabelecer as regras necessárias. A regulamentação convencional do mundo físico, especialmente em relação aos consumidores e à propaganda, se baseia na premissa do Velho Mundo de que os consumidores não abrem mão de efetuarem suas compras nas proximidades de suas residências e contam com a aplicação jurisdicional das leis que os protegem. Na linha de pensamento de que a tecnologia deve ser empregada para resolver os problemas que ela própria cria, agentes eletrônicos poderiam socorrer os consumidores. Ciberrobôs ou *bots* poderiam oferecer aos consumidores ferramentas para assimilar a enorme quantidade de informação originada na internet. Esses "entes eletrônicos" seriam programados para informar as regras de jurisdição incidentes sobre as transações *online*, facilitando e acelerando o comércio na rede. A implantação de um conjunto padrão de normas nesse sentido possibilitará aos usuários baixar um aplicativo que oferecerá todas as respostas e caminhos necessários para conduzir os seus termos de comércio em determinado sítio. Entre as ideias apresentadas pelos juristas americanos estão a criação de cibertribunais, com aparelhamento tecnológico capaz de rescindir disputas comerciais eletrônicas, a monitoração constante de intermediários nas transações efetuadas e a participação coletiva de outros países. É inexorável o impacto da internet sobre o cotidiano, principalmente no âmbito jurídico, forçando a sociedade a rever os seus conceitos de convivência e relacionamento para adaptar-se a este admirável mundo novo.

**** Advogado especializado em Direito Autoral, Show Business e Direito da Internet, professor da Fundação Getúlio Vargas-RJ e FGV-SP e da Escola Superior de Advocacia - ESA-OAB/RJ, membro da Ordem dos Advogados dos Estados Unidos e da Federação Interamericana dos Advogados em Washington D.C.***

Energia limpa para Copa 2014 e Olimpíadas Rio 2016.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil é o quinto maior investidor em energias renováveis do mundo e somou em 2010 cerca de US$ 7 bilhões. O estudo revelou que pela primeira vez na história o investimento em energia limpa - que chegou a US$ 211 bilhões - superou os investimentos em tecnologia para a energia fóssil.

Empresas públicas e privadas, em parceria com governos e prefeituras, estão implementando projetos estruturantes para apoiar a realização das competições da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016, como também para inovar no fornecimento de energia na cidade, pois se sabe que o legado deixado é uma herança importante para a população das cidades-sede dos jogos.

CEMIG

A CEMIG, por exemplo, está desenvolvendo projetos para implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) em Minas Gerais, de eficientização energética da capital mineira e de energia solar para o Mineirão. O KFW (banco de fomento do governo alemão) será responsável pelo financiamento desses empreendimentos. Estão em desenvolvimento projetos para a instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) em Minas Gerais, o que garantirá toda a infraestrutura necessária para receber turistas, dirigentes esportivos e jogadores do mundo todo.

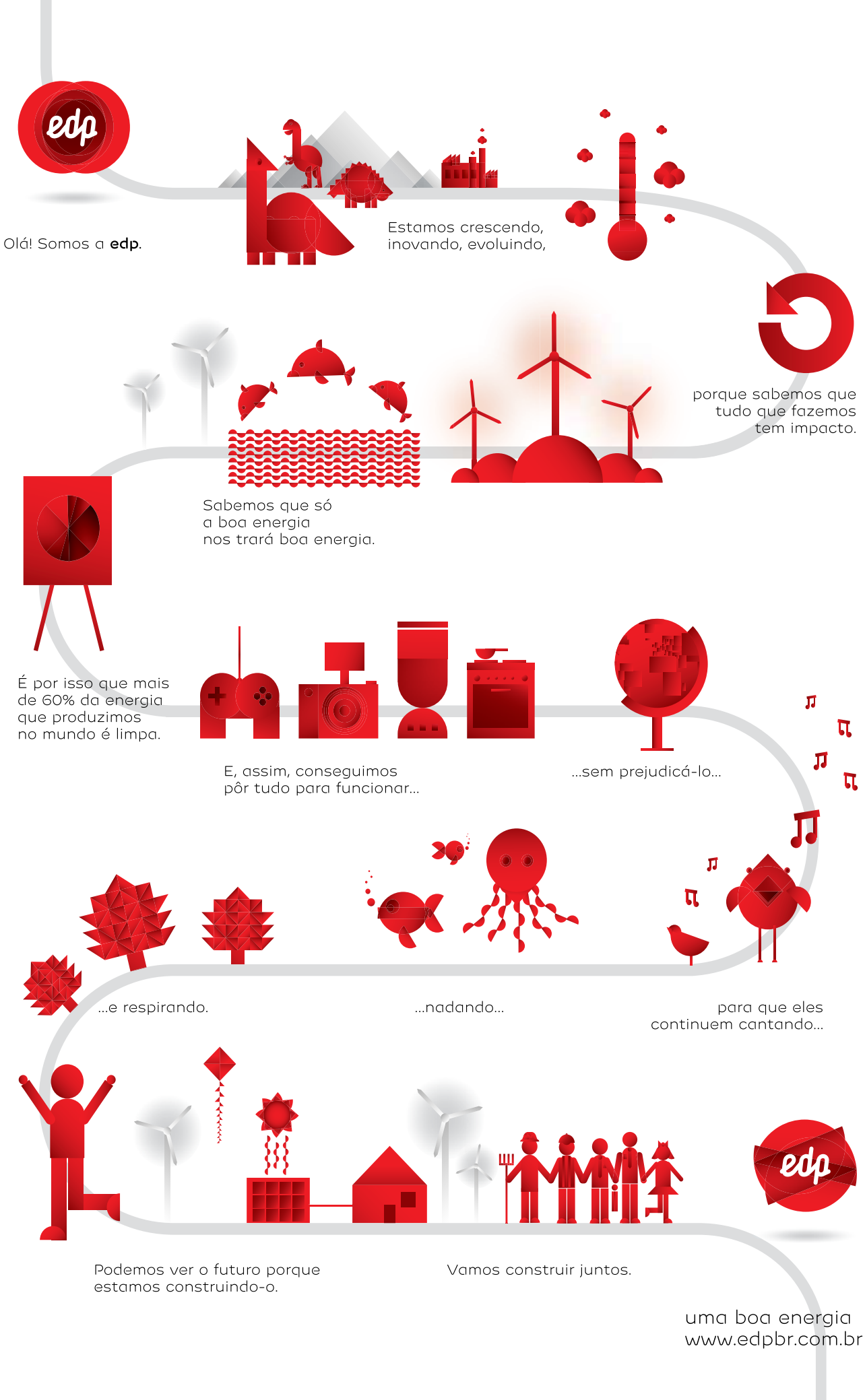
O gestor da Cemig, Rodolfo de Souza Monteiro, diz que a empresa está agindo de acordo com a filosofia da Federação Internacional de Futebol (Fifa), que estabelece que a Copa do Mundo garanta uma série de melhorias para a população dos locais onde os jogos serão realizados. “Os trabalhos visam à qualidade de vida e o turismo. Queremos fazer o possível para o visitante sair com a melhor impressão e também para deixar um legado de maior conforto e segurança na cidade”, esclarece Rodolfo.

ENERGIA LIMPA NO MARACANÃ

Em ritmo acelerado de obras, o Maracanã também vai produzir energia limpa, a partir de janeiro de 2013. A afirmação é da Light, que comunicou a constituição de um consórcio entre a sua subsidiária Light Esco e a EDF Consultoria em Projetos de Geração de Energia Elétrica, com participações de 51% e 49% respectivamente, para o desenvolvimento, construção e operação de uma usina fotovoltaica, com capacidade de 391 KW a ser instalada na cobertura do estádio.

“O investimento total estimado para o projeto é de R$ 7 milhões e a energia gerada será comercializada no mercado livre a um preço que remunere o investimento a taxa de juros básica da economia (Taxa SELIC), resultando em um valor presente líquido (VPL) igual a zero. Após a recuperação do capital investido, a Light Esco e a EDF Consultoria doarão os ativos da usina para o Estado do Rio de Janeiro”, disse a companhia em comunicado. A conclusão da obra está prevista para dezembro de 2012.

O projeto poderá ser expandido até em locais no entorno do estádio, inclusive para outras instalações, como o Maracanãzinho, o Parque Aquático Júlio de Lamare e o Estádio de Atletismo Célio de Barros.


Olá! Somos a **edp**.
Estamos crescendo,
inovando, evoluindo,
porque sabemos que
tudo que fazemos
tem impacto.
Sabemos que só
a boa energia
nos trará boa energia.
É por isso que mais
de 60% da energia
que produzimos
no mundo é limpa.
E, assim, conseguimos
pôr tudo para funcionar...
...sem prejudicá-lo...
...e respirando.
...nadando...
para que eles
continuem cantando...
Podemos ver o futuro porque
estamos construindo-o.
Vamos construir juntos.
uma boa energia
www.edpbr.com.br

BRASIL E REINO UNIDO

Uma das atividades do príncipe Harry no Rio foi participar do lançamento da Campanha GREAT no Brasil. O principal objetivo do evento foi celebrar os laços entre Brasil e Reino Unido e desenvolver novos relacionamentos em diferentes setores, além de gerar benefícios econômicos de longo prazo trazidos pelos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2012, já que o Reino Unido este ano é sede de um dos maiores eventos esportivos do mundo, e a cidade carioca o será em 2016. Várias ações marcaram o evento, como a exposição da taça da Copa da Inglaterra, da Tocha Olímpica e das medalhas de ouro de Londres 2012. A estilista brasileira radicada em Londres, Daniella Helayel, responsável por desenhar o vestido de noivado da Duquesa de Cambridge, realizou um desfile de moda para exibir sua coleção do Rio, inspirada pela Cidade Maravilhosa. O Reino Unido é o quarto maior investidor no Brasil e, por isso, exibiu alguns dos principais investimentos no país, incluindo o expertise em águas profundas da BP, o investimento da BG no programa Ciência sem Fronteiras, além de seu futuro centro de pesquisa e desenvolvimento no Rio e o expertise da Ernst&Young no auxílio de grandes eventos esportivos.

GRUPO OURO FINO

A empresa brasileira anunciou recentemente a inauguração de seu escritório de representação em Xangai, China. “Este passo reafirma a visão da Ourofino sobre a importância do investimento em soluções para o agronegócio brasileiro. Esta representação significa maior proximidade dos fornecedores internacionais, preocupação no controle de qualidade na compra de matéria-prima e presença em mercados que representam inovação e tecnologia”, explica o presidente da Unidade de Negócios Agrícolas Ourofino Agrociência, Jurandir Paccini. A atuação da Ourofino em Xangai com uma equipe formada por engenheiros também facilitará processos regulatórios de produção e supply, com finalidade de prospecção e validação de novos fornecedores e tecnologias industriais. Atualmente a China representa cerca de 75% das importações do Grupo Ourofino. A demanda atende às unidades de saúde animal (Cravinhos-SP) e defensivos agrícolas (Uberaba-MG). Os principais produtos importados são intermediários e princípios ativos para a agricultura e pecuária.

EMBRAER

A cidade de Sorocaba, localizada a 90 quilômetros de São Paulo, está se consolidando como um polo para a aviação executiva do país. Recentemente a Embraer anunciou concessão de área no aeroporto Bertram Luiz Leupolz, onde será instalado o centro de serviços da Embraer na cidade. Com um investimento estimado em USD 25 milhões nos primeiros cinco anos do projeto, o novo centro de serviços ocupará uma área de 20 mil metros quadrados e irá gerar até 250 empregos diretos. O local vai abrigar um hangar cinco vezes maior do que o centro de serviços localizado na sede da Embraer, em São José dos Campos. “A rede global de suporte de jatos executivos da Embraer já conta com cerca de 60 centros de serviços próprios e autorizados no

mundo. O Brasil, um de nossos principais mercados, merece atenção especial”, disse Marco Túlio Pellegrini, vice-presidente de Operações da Embraer Aviação Executiva. “Até o final do segundo semestre de 2012, o primeiro simulador de voo de jatos executivos Phenom 100 e Phenom 300 entrará em funcionamento, aprimorando o atendimento aos nossos clientes deste segmento tão exclusivo.”

BRASIL E ISRAEL

As relações entre Brasil e Israel estão em ebulição. Esta é a expectativa de Jayme Blay, presidente da Câmara Brasil-Israel de Comércio e Indústria, entidade que tem como missão incrementar as relações comerciais e culturais entre Brasil e Israel, além de buscar a abertura de novas oportunidades e o acesso a novas tecnologias entre os dois países. Segundo o executivo, as empresas israelenses estão muito ativas e um grande exemplo é Elbit, que duplicará seus investimentos em Porto Alegre até 2013. A informação foi dada durante um encontro que aconteceu em Haifa, Israel, entre o prefeito de Porto Alegre, José Fortunati e o presidente da Elbit Systems, empresa que tem uma subsidiária na capital gaúcha (a AEL Sistemas S.A). A empresa israelense já iniciou o processo de ampliação de suas instalações, o que vai exigir a duplicação do número de funcionários, de 250 para 500. A AEL sistemas é especializada em tecnologia de defesa, com origem na área de aviação, e também em tecnologia de segurança pública. A empresa desenvolveu um sistema que simula o potencial de risco de um determinado evento com grande público e calcula as providências a serem adotadas pelos vários órgãos públicos envolvidos.

LIVRO E FILME

Em "Nunca houve um homem como Heleno", o jornalista Marcos Eduardo Neves conta a história do jogador Heleno de Freitas, ídolo do Botafogo na era pré-Garrincha, com passagem pelo Fluminense, Vasco da Gama, Boca Juniors e pela Seleção Brasileira. Interpretado por Rodrigo Santoro em filme de José Henrique Fonseca, Heleno, segundo as palavras do jornalista, "era um turbilhão dentro dos campos. Fora do gramado era um sedutor irresistível". Outro trecho que cita a vida do jogador: "Também era frequentador da alta sociedade carioca, boêmio, perfeccionista, impulsivo e viciado em lança-perfume e éter. No fim da vida, sofrendo de sífilis e consumido pela doença, foi internado em um hospital psiquiátrico em Barbacena, Minas Gerais. Morreu, em 1959, em um sanatório, considerado louco". Vale a pena a leitura.

MEMORIAL OSWALDO ARANHA

Às margens da BR 290, em Alegrete, no Rio Grande do Sul, será construído o Memorial Oswaldo Aranha, mais precisamente entre a Ponte do Rio Ibirapuitã e o trevo de acesso à estrada que dá acesso ao Balneário Caverá. O prefeito Erasmo Guterres Silva assinou em solenidade no Museu Oswaldo Aranha a outorga pública do terreno, um ato tão sonhado durante décadas por diversos administradores deste município. O Memorial Oswaldo Aranha será construído por uma correlação de forças entre poder público e patrocinadores, garante a secretária-geral do Instituto Memorial Oswaldo Aranha, Zazi Aranha Corrêa da Costa, neta do homenageado. Segundo ela, a entidade terá duas funções. A primeira será narrar os fatos. "Queremos que este memorial conte e reconte a história, servindo de exemplo para todos que busquem a vida pública". A segunda será servir para o desenvolvimento de Alegrete e o entorno, "mas não apenas as cidades vizinhas, também Uruguai, Argentina e Paraguai". Zazi destaca ainda que serão utilizados métodos audiovisuais para mostrar a linguagem dos jovens com cinematecas e recursos tecnológicos comparáveis à de grandes centros. Para isso, será dado início aos estudos para orçar a obra e estimar custos de manutenção, a fim de buscar patrocinadores.

REVISTA

Um dos cofundadores da rede social Facebook, Chris Hughes, comprou uma participação majoritária da revista impressa política americana "The New Republic". O jovem de 28 anos aposta no tradicional veículo por acreditar que "o dano causado pela tecnologia aos formatos tradicionais dos meios de comunicação levou muitos a acreditarem que os pilares do pensamento independente estão em queda", declarou em carta publicada. Em 2007, Hughes decidiu abandonar o Facebook para se dedicar a arrecadar fundos para o então candidato a presidência da república, Barack Obama. A quantia do investimento não foi revelada.

BB E MAPFRE

O Grupo Segurador Banco do Brasil e Mapfre registrou lucro líquido de R$ 813,9 milhões em 2011. O lucro antes dos impostos e participações foi de R$ 1,2 bilhão. Já os prêmios emitidos líquidos totalizaram R$ 9,6 bilhões no ano passado. O Grupo apresentou um índice de sinistralidade de 52%, um dos menores do mercado, graças às políticas de subscrição. O patrimônio líquido do Grupo Segurador Banco do Brasil e Mapfre totalizou R$ 4,9 bilhões. "Nossos resultados confirmam que a união estratégica que formou o Grupo Segurador BANCO DO BRASIL e MAPFRE está sendo muito bem-sucedida", comenta Marcos Ferreira, presidente do Grupo nas áreas de Auto, Seguros Gerais e Affinities. "Começamos com grande competitividade, capacidade de investimento e potencial de expansão, ocupando a liderança em segmentos importantes do setor de seguros", diz.

VICTORINOX

Com mais de 125 anos de tradição, os canivetes suíços Victorinox se destacam pela excelência em qualidade, acabamento e serviço. A história da empresa começa em 1884, no pequeno vilarejo de Ibach, Cantão de Schwyz, próximo aos Alpes Suíços, quando Carl Elsener iniciou sua fábrica de cutelaria e se tornou o fornecedor oficial do Exército Suíço, com o famoso Canivete do Soldado. O nome Victorinox resulta da junção dos nomes Victoria, mãe do fundador da empresa, e Inox, em referência ao aço inoxidável usado nas lâminas dos canivetes. Hoje a empresa é gerenciada pela terceira e quarta gerações da família, com Carl Elsener e seu filho, Carl Elsener Jr. É a maior empregadora da cidade, com cerca de mil funcionários, bem como a maior fabricante de facas da Europa. Os números mostram a grandeza da Victorinox, que fabrica 25 milhões de ferramentas de bolso e facas por ano e produtos de alta qualidade, com utilidade prática, entre os quais canivetes suíços, relógios e linha de cutelaria doméstica e profissional, que são distribuídos em mais de cem países. A empresa ainda oferece aos consumidores linhas de malas, perfumes e roupas.

Pensou em agilidade, pensou SLGC

* Soluções Logísticas e Customizadas para entrega de suas correspondências e encomendas.

* Serviço de Manuseio e Armazenagem.

* Coletas Programadas e Extras com Frota Própria.

* Gerenciamento Personalizado de Conta.

* Central de Atendimento.

* A Melhor Estrutura de Tratamento e Envio de Correspondência e Objeto do Rio de Janeiro.

Quem somos?

A SLGC é a maior agência do Estado do Rio de Janeiro.

É uma das TOP 10 Nacionais em Tecnologia da Informação - TI, Faturamento, Infra-Estrutura e Eficiência.

Não importa o tamanho da sua empresa, teremos sempre o maior prazer em atendê-lo!

Eficiência

Prêmio Qualidade 5s

Selo Ouro

Empresa Parceira da ADVB-RJ
(Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil - RJ)

São Luiz Conzaga Correios
Rua São Luiz Gonzaga, 501
S ã o C r i s t ó v ã o
20910-970 Rio de Janeiro, RJ

(21) 3860-7105
faleconosco@slgc.com.br

www.slgc.com.br

Planos de saúde: equilíbrio financeiro e o direito à vida.

Sandra Franco e Adriana Paula Rosa***

O Superior Tribunal de Justiça está prestes a definir se é legítima a rescisão de plano de saúde em razão da alta sinistralidade do contrato de seguro em grupo, caracterizada pela idade avançada dos segurados. O artigo 1º da Lei nº 9.656/98 traz a definição de Plano Privado de Assistência à Saúde como aquele que se caracteriza pela prestação continuada de serviços, por prazo indeterminado, com a finalidade de garantir, sem limite financeiro, a assistência à saúde.

Já a Resolução nº 14, do Conselho de Saúde Suplementar, define, em seu artigo 4º, o plano ou seguro de assistência à saúde de contratação coletiva como sendo aquele em que, embora oferecido por pessoa jurídica para massa delimitada de beneficiários, tem adesão apenas espontânea e opcional de funcionários, associados ou sindicalizados, com ou sem a opção de inclusão do grupo familiar ou dependentes. Ou seja, é aquele firmado entre uma pessoa jurídica (empresa, associação, fundação ou sindicato) e uma operadora de planos de saúde, do qual é beneficiária a pessoa na condição de empregado, associado ou sindicalizado.

O cerne da discussão travada perante o STJ é o fato da Sul América Seguro ter se negado a renovar apólices coletivas, sob alegação de alta sinistralidade do grupo, decorrente de maior concentração dos segurados nas faixas etárias mais avançadas. Além disso, facultou a adesão dos segurados à nova apólice de seguro, que prevê aumento de cerca de 100%, sob pena de extinção da apólice anterior.

No voto da Ministra Nancy Andreghi, relatora do recurso, constou ser "ilegítima a rescisão de plano de saúde em razão da alta sinistralidade do contrato, caracterizada pela idade avançada dos segurados". Assevera que, na hipótese, trata-se de vetar a discriminação do idoso em razão da idade, o que impede, especificamente, o reajuste das mensalidades dos planos de saúde por mudança de faixa etária envolvendo idosos. Não envolve, portanto, os demais reajustes permitidos em lei, os quais ficam garantidos às empresas prestadoras de planos de saúde, sempre ressalvada a abusividade. Assim, o entendimento foi dar provimento ao recurso especial para vetar os reajustes nas mensalidades dos planos de saúde em razão da alta sinistralidade das apólices.

A ministra do STJ ressalvou que o consumidor que atingiu a idade de 60 anos, antes ou após da vigência do Estatuto do Idoso, está sempre amparado contra a abusividade de reajustes das mensalidades dos planos de saúde, com base exclusivamente na alta sinistralidade da apólice, decorrente da faixa etária dos segurados.

Como regra geral, os contratos de plano ou seguro de assistência à saúde de contratação coletiva contêm cláusula que admite a rescisão do contrato, em vigor por tempo indeterminado, ou seja, após expirado o prazo previsto contratualmente, por iniciativa de qualquer das partes, mediante notificação prévia. Neste diapasão, a pergunta é se estariam atendidas pela Sul América de Seguro as exigên-

cias para a rescisão unilateral do plano de saúde, em razão da alta sinistralidade do contrato de seguro em grupo, caracterizada pela idade avançada dos segurados. Parece que sim, em tese.

Para responder tal questão, cabe conferir trecho dos argumentos do ministro do STJ Massami Uyeda no julgamento do REsp 889.406/RJ: "Deve ser ressaltado, também, não se afigurar escorreito que o contrato de Assistência Médica e Hospitalar coletivo, por prazo indeterminado, estabelecido entre a recorrente, empresa de administração e corretagem de seguros, tendo como segurados seus empregados e respectivos dependentes, ainda que de adesão, eternize-se, impedindo a denúncia, prevista contratualmente e não vedada em lei, quando não mais remanesça o interesse econômico em dar-lhe continuidade. Entendimento contrário propiciaria o comprometimento financeiro de toda entidade privada do seguimento de prestação de serviço à saúde, incorrendo em inequívoco desestímulo à atividade, obrigando-lhes a suportar prejuízos decorrentes do desequilíbrio econômico".

No entanto, não foi este o entendimento do relator, ministro Luis Felipe Salomão, que votou pela impossibilidade da rescisão do contrato. O ministro citou que o seguro visa atender a necessidade e o direito à saúde e levou em conta também o Estatuto do Idoso, afirmando que haveria discriminação na rescisão do contrato por causa de idade. Seu voto foi acompanhado pelos ministros Nancy Andrighi e Paulo de Tarso Sanseverino. Outros dois ministros, Massami Uyeda e Raul Araújo, votaram pelo não conhecimento dos embargos de divergência, uma vez que para tal recurso é necessário que sejam apresentados dois acórdãos divergentes.

Os ministros entenderam que tais peças não foram apresentadas, por isso o recurso não deve ser conhecido. Se o recurso for conhecido pela maioria, outros quatro ministros terão de analisar o seu mérito, além de Uyeda e Araújo. Assim, o placar que está em três a zero, ainda teria seis votos para definir a disputa. Atualmente a votação está suspensa por pedido de vista da ministra Isabel Galotti.

Em suma: fica a controvérsia a ser decidida sobre a legitimidade da rescisão do contrato de plano de saúde, firmado por entidade associativa a favor de seus sócios, com previsão de rescisão unilateral por qualquer das partes: a motivação deve ser o fator decisório? Ou basta que sejam cumpridas as exigências das cláusulas específicas, dentre elas a notificação com a antecedência prevista, possibilitando aos beneficiários, nesse período, a migração para outro plano?

Mais uma vez está o Poder Judiciário intervindo nas relações contratuais entre operadoras versus beneficiários, com o escopo de buscar o equilíbrio entre o econômico e o social. Até esse momento, a balança tem se mostrado favorável ao consumidor, sempre em nome do direito à saúde e do princípio da dignidade humana. Não obstante, é importante a reflexão: pode-se obrigar as operadoras a suportarem prejuízos decorrentes do desequilíbrio econômico e social?

** Sandra Franco é consultora jurídica especializada em Direito Médico e da Saúde, membro efetivo da Comissão de Direito da Saúde e Responsabilidade Médico Hospitalar da OAB / SP e presidente da Academia Brasileira de Direito Médico e da Saúde*

*** Adriana Paula Rosa é advogada da Sfranco Consultoria Jurídica, especialista em Responsabilidade Civil*

Ibope informa que consumo no Brasil deve superar R$ 1 trilhão em 2012.

De acordo com o Pyxis Consumo, ferramenta de potencial de mercado do IBOPE Inteligência, a região Norte tem o maior potencial de crescimento

O consumo no Brasil deve crescer 13,5% em 2012 na comparação com 2011, atingindo R$ 1,3 trilhão, o equivalente a 30% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, segundo estimativas do Pyxis Consumo, ferramenta de dimensionamento de mercado do IBOPE Inteligência. A região Norte é a que tem o maior potencial de expansão, de 26,5%. Na sequência aparecem as regiões Nordeste (24,1%), Sul (19,7%), Centro-Oeste (19,4%) e Sudeste (6,5%).

"O consumo no Brasil deve crescer 13,5% em 2012 na comparação com 2011, atingindo R$ 1,3 trilhão, o equivalente a 30% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro,..."

Atualmente, a região Norte, com 8,4% da população, representa apenas 5,2% do consumo no país. As regiões que apresentam o maior consumo são a Sudeste, com 42% da população e 53,5% do consumo, e a Sul, com 14,3% da população e 16,4% do consumo.

Potencial de consumo por classe

As classes A e B absorvem acima de 50% do consumo na maior parte dos grupos pesquisados pelo Pyxis Consumo. A classe A, que ocupa 2,6% dos domicílios brasileiros, se destaca principalmente pelo consumo de CDs e DVDs (27,3% do total de consumo dessa categoria), produtos financeiros (25,7%), artigos de decoração (25,3%) e aquisição de veículos (25%). Combustível e ensino são os principais gastos da classe B, que representa 58,3% do consumo de cada um desses grupos. Cinema (54,6%), serviços automotivos (53,8%) e artigos esportivos (53%) são outros produtos consumidos majoritariamente por esta classe.

Metade do consumo com tabaco e acessórios é realizada pela classe C, assim como praticamente carnes e derivados, mercearia e matinais. As classes D/E têm maior participação no consumo de produtos de mercearia e cigarros (13% em cada um desses mercados). As duas classes também representam 12% do consumo de calçado infantil, matinais e carnes e derivados.

Sobre o Pyxis Consumo

O Pyxis Consumo é uma base de dados que apresenta o potencial de consumo (demanda) por família ou grupo de produtos de todos os municípios brasileiros. Esta base permite ao usuário identificar diferenças entre 21 setores disponibilizados, quatro classes socioeconômicas (A, B, C, D/E) e 50 grupos de produtos.

Sobre o IBOPE Inteligência

O IBOPE Inteligência é uma organização do Grupo IBOPE que contribui para seus clientes terem conhecimento e compreensão adequados da sociedade e dos mercados onde atuam, auxiliando na tomada de decisões táticas e na elaboração de estratégias no planejamento de negócios. Seu diferencial está baseado em uma equipe multidisciplinar integrada, profissionais altamente qualificados e especialistas no conhecimento do cidadão e do consumidor.

MOTTA, FERNANDES ROCHA

ADVOGADOS

Áreas de Atuação

- Administrativo
- Aeronáutico
- Arbitragem
- Bancário
- Concorrencial
- Constitucional
- Contencioso
- Contratos
- Energia, Óleo e Gás
- Família e Sucessões
- Financiamentos, Operações Financeiras Estruturadas e Fundos de Investimento
- Fusões e Aquisições
- Imobiliário
- Infraestrutura e Financiamento de Projetos
- Mercado de Capitais
- Previdenciário
- Private Equity
- Propriedade Intelectual
- Reestruturação e Recuperação de Empresas
- Regulatório
- Seguros
- Societário
- Telecomunicações
- Trabalhista
- Tributário e Planejamento Fiscal

WWW.MFRA.COM.BR

RIO DE JANEIRO

Av. Almirante Barroso, 52 - 5º andar Centro CEP 20031-000
Rio de Janeiro RJ Brasil Tel +55 (21) 2533 2200 | 3257 2200 | Fax +55 (21) 2262 2459

SÃO PAULO

Alameda Santos, 2335 - 10º, 11º e 12º andares Cerqueira César CEP 01419-002
São Paulo SP Brasil Tel +55 (11) 3082 9398 | 2192 9300 | Fax +55 (11) 3082 3272

Av. Brasil, 1.030 Jardim América CEP 01430-000 São Paulo SP Brasil
Tel +55 (11) 3069 4300 | Fax +55 (11) 3069 4301

designground

O Rio de Janeiro e seu polo automotivo.

O Estado do Rio de Janeiro quer se transformar em uma referência como polo automotivo. Segundo informações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, em poucos anos, a capacidade produtiva do estado deve dobrar.

O secretário de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviço do Rio, Julio Bueno, indicou recentemente que existem negociações em andamento com a BMW, JAC Motors e Volkswagen. Outras já anunciaram investimentos em novas fábricas, como é o caso da Nissan. A companhia possui planos de investir cerca de R$ 2,6 bilhões e gerar mais de dois mil novos postos de trabalho. O início de produção está previsto para o primeiro semestre de 2014. "A fábrica é parte importante na estratégia global da Nissan de se tornar a marca asiática líder da indústria automotiva no Brasil – a quarta maior do mundo em volume de produção – e atingir pelo menos 5% do mercado no país, até 2016", ressaltou a companhia, em comunicado.

A nova fábrica também é um passo importante na estratégia global da Nissan como fabricante nos mercados do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) "Estamos investindo em regiões com potencial. E o Brasil tem se mostrado o motor que impulsiona o crescimento do mercado latino-americano. Estamos ansiosos para contribuir para o cenário econômico brasileiro e sua indústria automotiva, no século 21", afirmou Carlos Ghosn, presidente e CEO da Nissan.

Em fevereiro último, a Neobus, fabricante de ônibus, anunciou que irá implantar uma unidade de produção no município de Três Rios, no Estado do Rio de Janeiro. O investimento previsto é de R$ 90 milhões, que deverá produzir 13 ônibus por dia. Segundo o presidente da Neobus, Edson Tomiello (foto), a fábrica de Três Rios produzirá ônibus urbanos e alguns modelos de micro-ônibus. "Estamos nos preparando para as demandas provocadas pela Copa do Mundo e pelas Olímpiadas", afirmou Edson Tomiello, destacando que o Rio de Janeiro é hoje o principal mercado da empresa.

MONTADORAS NO BRASIL

Parte do crescimento do setor e a consolidação do estado como polo automotivo acontecem pelo avanço de grandes montadoras, como a PSA Peugeot Citroën, que já completa 10 anos de produção de veículos no Brasil. Atualmente, os produtos fabricados no Centro de Produção de Porto Real são exportados para 17 países, tais como Chile, México e França, por isso, recentemente a companhia ganhou o Prêmio Rio Export, na categoria "Destaque Mercosil" como maior exportadora do Estado do Rio de Janeiro para a região que integra a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e o Brasil. A premiação leva em conta o volume de exportação em dólares referente ao desempenho registrado no fechamento do ano anterior, de acordo com o comportamento retratado nos números oficiais da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Outra montadora que já está estabelecida no estado é a Volks, com sua fábrica localizada na cidade de Resende e área de 1 milhão de metros quadrados, 110 mil metros quadrados de área construída e cerca de 3.700 pessoas, entre empregados, parceiros do Consórcio Modular e terceiros. Um investimento de US$ 250 milhões, o Consórcio Modular levou para dentro da fábrica os principais fornecedores para a montagem de veículos. A unidade bateu recordes de produção, ultrapassando a marca dos 100 mil caminhões e ônibus produzidos.

A Marcopolo Ciferal também é uma das gigantes instalada no Estado do Rio, mais precisamente em Duque de Caxias. Uma das maiores fabricantes mundiais de ônibus, foi adquirida totalmente pela Marcopolo em 2011 e é focada na produção de modelos urbanos, participando efetivamente no desenvolvimento e implementação de soluções para o transporte coletivo. A companhia recentemente divulgou suas expectativas para 2012, que "são de atingir receita líquida consolidada de R$ 3,6 bilhões, com crescimento de 7,5% em relação a este ano. A produção global também deverá ser maior, com a fabricação de 32,5 mil unidades". Ainda segundo a empresa, mantida as condições atuais de mercado e do desempenho econômico do país, a produção em suas unidades no Brasil deverá atingir 20 mil unidades. Para isso, a companhia pretende aplicar investimentos no montante de R$ 140 milhões, incluindo nesse valor, o investimento recentemente anunciado na Austrália.

Mobilidade como chave para o crescimento.

*Frederico Vilar **

O uso da mobilidade no ambiente corporativo nunca esteve tão em alta. De acordo com uma recente pesquisa conduzida pela Check Point, a quantidade de dispositivos móveis conectados às redes corporativas dobrou entre 2009 e 2011. Tanto a maior variedade de *smartphones* e *tablets* quanto os esforços dos fabricantes para conquistarem o consumidor têm levado a uma redução nos preços desses dispositivos.

Apenas no último trimestre de 2011, foram 157,8 milhões de smartphones vendidos no mundo, número 54,7% maior que o registrado no mesmo período de 2010, segundo a consultoria IDC. A massificação da mobilidade nas empresas se traduz em inúmeros benefícios para o negócio. Um bom exemplo é o nível de integração e sofisticação já alcançado entre as ferramentas de gestão e o ambiente móvel, fazendo com que as informações estejam disponíveis aos clientes cada vez mais em tempo real.

Todo o sistema de inteligência de negócios (*Business Intelligence*) já pode ser gerenciado por meio de *tablets* e *smartphones*. Isso significa poder acessar uma informação complexa, como relatórios e painéis com indicadores, tudo em tempo real, exatamente no momento da tomada de decisão, algo que antes só era possível nos PCs ou notebooks.

No atual estágio acirrado de competição entre as empresas para elevarem sua participação no mercado, esse pode ser o fator determinante entre o fechamento ou a perda de um contrato, o sucesso ou fracasso de um projeto, a aceleração do *time-to-market* ou a aplicação inadequada dos investimentos.

É inevitável que os gestores de TI apliquem cada vez mais tempo e recursos na integração de suas aplicações de negócios aos dispositivos móveis. A inovação nessa área será um divisor de águas entre os que querem realmente competir ou apenas ser "mais um" *player*, pois chega um determinado momento em que não é mais possível crescer sem inovar.

Essa afirmação é corroborada por uma recente pesquisa com mais de 3 mil CIOs feita pela IBM. Para ampliarem a competitividade ao longo dos próximos anos, 83% dos CIOs brasileiros afirmaram ser vital o investimento em sistemas visuais para o gerenciamento das informações corporativas. E as soluções de mobilidade fazem parte dos planos de 74% dos gestores de TI no mundo.

Outro estudo global conduzido pela SAP em 2011 constatou que o grau de utilização dos dispositivos móveis para aplicações e processos funcionais está diretamente relacionado ao maior crescimento de receita por funcionário. Um universo inferior a 25% das empresas conta com alto nível de maturidade em relação à adoção de práticas de mobilidade, o que é totalmente compreensível pelo fato de ser uma área nova, na qual os desenvolvimentos são constantes e as possibilidades ilimitadas.

Outro dado interessante apurado na pesquisa é que 11% dos usuários já acessam remotamente aplicativos para gestão de processos corporativos, seja nas áreas de BI, CRM, finanças, RH, gestão de estoque, gerenciamento de projetos, entre outras.

Em 2012, além da expansão do número de empresas que adotarão essas ferramentas no ambiente móvel como diferencial competitivo, assistiremos também a uma integração de novas tecnologias que chegam para acompanhar de perto a evolução alcançada pelos terminais, como é o caso da plataforma *in-memory* HANA, da SAP.

Apesar de grande parte das empresas no Brasil ainda se encontrarem em um estágio de experimentação das ferramentas de mobilidade, algumas organizações com histórico de investimentos em inovação já trabalham com projetos mais complexos e começam a colher os frutos: aumento de produtividade, eficiência operacional e obtenção de ROI em um curto espaço de tempo. Mais que realidade, para essas companhias a mobilidade é considerada como a principal chave para o crescimento.

Presidente da Neoris Brasil

O que a engenharia brasileira precisa?

*Mário Guerreiro**

Os empresários brasileiros devem começar a perceber as universidades de engenharia como um projeto de investimento. Sem ela o crescimento brasileiro vai se estagnar e não conseguirá atingir todo seu potencial com plenitude. Enquanto, segundo pesquisa de 2009 do IPEA, apenas 38% dos engenheiros trabalharem diretamente na sua área, nosso país vai continuar sendo um "ótimo" importador de tecnologia. Deste modo, ele perde muito em relação aos países que produzem tecnologia em larga escala.

As empresas precisam agilizar todo o processo de resgate da engenharia, que ficou engessada no final dos anos 80 e na década de 90. Há 12 anos na UFRJ, por exemplo, a evasão de estudantes da graduação era de 60% devido à falta de empregos.

No cenário atual, um dos principais problemas é a falta de vagas nas universidades. As empresas deveriam investir mais nestas instituições, com o objetivo de um importante retorno financeiro de médio a longo prazo. Não só em consultoria, mas nas pessoas e na infraestrutura, atraindo de uma forma direta a nata de determinado ramo da engenharia. Ocorre, que a grande maioria das mesmas não participa tão ativamente do processo educativo. Estas deixam, também, de incentivar a realização de cursos de mestrado e doutorado.

Muitas vezes elas utilizam a universidade como prestadora de serviço para que seus empregados se qualifiquem sem dar nada em troca. Cultura bem diferente se comparada à americana, de doação e

"Um ponto nevrálgico do problema é a dificuldade, principalmente das médias empresas, em criar uma interface eficiente com as faculdades para negociações e gerar uma maior fomentação de negócios e parcerias."

investimento. As bolsas que o governo oferece para o mestrado e para o doutorado giram em torno de R$1200,00 e R$1800,00, respectivamente. Estas muito baixas se comparadas com salários pagos pelo mercado, remuneração ainda insuficiente. A má remuneração é o principal motivo para o desvio de engenheiros para outras áreas, como o mercado financeiro. Além destes fatores, a maioria dos estudantes tem a mentalidade de que mestrado e doutorado são apenas para a vida acadêmica, o que não é verdade, já que hoje, grande parte das pessoas que ocupam cargos importantes em empresas possuem tais cursos.

Um ponto nevrálgico do problema é a dificuldade, principalmente das médias empresas, em criar uma interface eficiente com as faculdades para negociações e gerar uma maior fomentação de negócios e parcerias. A cultura empresarial brasileira, em sua maioria, criou uma barreira ideológica gerando dois mundos desconexos: o mundo acadêmico e o mundo empresarial. Uma consequência deste distanciamento é que aqui há um predomínio da cultura do *learning by doing* e da reengenharia. Já nos países desenvolvidos a cultura do *learning by rechearching* prevalece. Como consequência desta cultura um pouco primitiva, o Brasil pouco inova se comparado a outros países. Na China, por exemplo, houve um aumento no número de pedidos de patentes no exterior de cerca de 200% no ano de 2011 em relação a 2010, totalizando 16.406 , enquanto o Brasil fez apenas 572 pedidos, apresentando um crescimento de 44% nos últimos 4 anos, 17% apenas em 2011, segundo a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). Em 2011 o Brasil pediu cerca de 8500% a menos patentes que os EUA, apontando uma disparidade impressionante. O governo, por sua vez, criou diversos programas para incentivar a formação de engenheiros qualificados e de profissionais atrelados aos mesmos, como é o caso do Pronatec e do Ciências Sem Fronteiras(CSF).O CSF tem como meta oferecer 100 mil bolsas de estudo no exterior a universitários até 2015, 25% destas dadas pela iniciativa privada. Além disto, ele tem investido cada vez mais nas universidades e nos estudantes, mas a velocidade de processamento da administração pública somada às amarras licitatórias impede uma resposta que acompanhe a demanda do mercado e faça com que consigamos reverter o quadro atual.

Uma maior interação universidades-empresas será capaz de lastrear eficientemente o crescimento brasileiro trazendo o core tecnológico para cá.

**** Aluno de engenharia elétrica da UFRJ.***

O poder da escolha.

*Jeremiah O'Callaghan**

Em fevereiro deste ano a JBS anunciou ao mercado que abrirá o capital da Vigor, sua subsidiária do setor de lácteos. A medida garantirá à empresa uma maior liberdade de atuação, além de permitir que os investidores enxerguem nela o real potencial que pode oferecer, escondido até o momento pelo tamanho e foco de sua controladora. Vemos a Vigor como um diamante bruto, com um portfólio de produtos de alto valor e marcas reconhecidas, que passará a ser lapidado por seu management e pelo próprio mercado à medida que seu capital estiver aberto e suas ações negociadas livremente em bolsa.

Mais importante do que listar uma nova empresa talvez seja a forma com que a JBS decidiu fazer isso. Diversas maneiras poderiam ter sido escolhidas, desde as mais simples até as mais complexas, mas o caminho adotado foi inovador: uma Oferta Pública Voluntária de Ações (OPA). O ineditismo da operação em terras brasileiras por si só valeria uma ampla discussão sobre o tema, mas o olhar cuidadoso para com todos acionistas, sem distinção de tamanho ou poder econômico, é o que realmente merece destaque.

Diferente do que o mercado viu no passado, o desmembramento da Vigor não será impositivo a nenhum acionista. A separação acontecerá da forma mais democrática possível, ou seja, o acionista, seja ele do tamanho do que for, controlador ou não, terá o poder de escolher. Ele poderá "comprar" ações da Vigor utilizando a proporcionalidade dos papeis da JBS como moeda de troca, ou então, manter suas ações na empresa de carnes com um consequente aumento percentual na companhia, sem que haja qualquer tipo de perda para ele.

A importância de optar pela democracia pode ser explicada por uma série de motivos, mas o principal é que, ao fim do processo, não haja insatisfeitos. Um exemplo visto mais de uma vez no mercado de capitais brasileiro é quando uma empresa decide separar uma subsidiária por meio de uma cisão. Nesse caso, o acionista da controladora é praticamente obrigado a abrir espaço em sua carteira para uma empresa nova, que pode não fazer parte de suas estratégias.

Muitos fundos, por exemplo, só aportam seus recursos em empresas listadas no Ibovespa por determinação do seu próprio estatuto. Ter um papel que não faça parte do índice gera, para esses fundos, a necessidade de desfazer parte da carteira. Já para outros investidores, ter acesso a uma empresa nova, de um setor diferente, pode ser considerado uma oportunidade de diversificação e reforço de seu negócio. No caso da abertura de capital da Vigor, a estratégia escolhida permitirá que qualquer tipo de investidor decida, de acordo com seus próprios critérios, o melhor caminho a ser seguido.

Outro ponto que merece destaque é a limitação que cada acionista da JBS poderá ter na Vigor. Em situações convencionais, eles poderiam entrar no leilão de permuta com a quantidade de ações que fosse conveniente, inclusive, com volume superior ao total emitido pela subsidiária. Essa estratégia, no entanto, não é a mais justa com os minoritários, que tendem a ficar pressionados pelas ofertas mais volumosas dos majoritários e perder participação no capital da nova empresa.

No caso da operação sugerida pela JBS, os acionistas terão o direito de preservar na Vigor exata-

mente a mesma proporção que já possuem no capital da empresa de carne. O grupo controlador, por exemplo, já informou ao mercado que fará a permuta de forma integral e manterá na Vigor a mesma participação que tem na JBS.

No fim do processo, duas perguntas ficam no ar. O que será feito das ações da JBS em tesouraria? E o que acontecerá com as ações da Vigor que não tiverem demanda por alguma parcela dos acionistas da JBS? A resposta para a primeira pergunta é: estão sendo canceladas. No caso da segunda pergunta, os papéis da Vigor ficarão com a JBS, sua atual controladora. Essas ações, no entanto, certamente serão oferecidas ao mercado na medida em que as condições forem atrativas na avaliação da JBS.

A eventual abertura do capital da Vigor é, sem dúvida, um dos eventos mais importantes do ano para a JBS. Em que pese os passos que precisam ser respeitados na aprovação do processo pelos órgãos reguladores, acreditamos que ainda no primeiro semestre esse processo estará concluído. Apesar de sua importância para as empresas, a forma transparente, democrática e inédita com que o processo vem sendo conduzido é, sem dúvida, o grande diferencial. Certamente acreditamos no sucesso da operação, mas somente o tempo e o mercado, com sua soberania, é que dirão.

** Diretor de Relação com Investidores da JBS.*

AVAYA
BusinessPartner

SUA SOLUÇÃO EM CONTACT CENTER E TELECOM

QUALIDADE + BOM ATENDIMENTO = **FIDELIZAÇÃO DO CLIENTE**

A Central 24 Horas faz muito mais que um simples atendimento. Nós cuidamos das necessidades do seu cliente: SAC, pesquisas, venda e pós-venda, cobrança e outros serviços por telefone e via web.

Também implantamos soluções avançadas de comunicação: telefonia tradicional, híbrida ou IP. Entre em contato e conheça soluções sob medida.

central 24 horas

www.central24horas.com.br
comercial@central24horas.com.br
(21) 3512 1226

Negócio social é a solução para organizações se manterem e crescerem.

*Ricardo Castilho**

O Brasil vem passando por um momento muito especial na economia, com taxas de crescimento, taxas de juros, valorização do Real, entre tantos outros fatores que geram longas discussões e ótimas perspectivas. Economistas discutem se o crescimento é suficiente, se as taxas devem ser mantidas ou não, enfim, tudo isso gera impactos, não apenas no dia a dia da economia, mas também afetam as Organizações Não Governamentais (ONGs), que trabalham em ações sociais. Segundo o Relatório da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil, que já foi prioridade das nações doadoras, vem sofrendo uma redução de destinação desses recursos desde que a economia brasileira passou a dar sinais positivos. De acordo com o relatório, o Brasil registrou uma queda de 25% no período 2005-2010 em termos de ajuda recebida, apesar de a América do Sul ter crescido 18% neste período. Isto acontece porque, hoje, estes países doadores enxergam o Brasil como uma nação que está ajudando outros países, inclusive países europeus, sendo assim, não precisa de ajuda financeira.

Com este cenário conturbado e incerto quanto aos investimentos em ONGs no Brasil, por parte de instituições internacionais e localmente, vemos que ainda não há investimentos suficientes. É neste momento que se cria um modelo de negócio social como solução, em que o projeto torna-se autossustentável e gera resultados para investir no próprio crescimento e em desenvolvimento de novas tecnologias.

O Projeto CIES (Centro de Integração de Educação e Saúde) busca cobrir uma lacuna na área da saúde que não é atendida pelo poder público, levando exames de média e alta complexidade e pequenas cirurgias possíveis de serem feitas fora de uma instituição hospitalar, como de catarata, por exemplo, a áreas onde a demanda não é grande suficientemente para o investimento em uma unidade de saúde para atender aquela especialidade, porém, ela existe e é um problema a ser resolvido. Atende também a regiões em que há hospitais, mas onde as filas de espera são imensas.

O caminho é junto à Secretaria da Saúde das prefeituras ou estados e, também, com empresas dispostas a investir na comunidade onde está inserida. Para atuar, antes o projeto CIES busca entender a demanda da região para oferecer uma solução adequada à ela.

As ferramentas utilizadas pelo CIES para atender os locais onde não se justifica uma unidade fixa são as Unidades móveis de saúde. Hoje temos três sistemas móveis diferentes, que são utilizados de acordo com a demanda e localização a ser atendida.

A “Carreta da Saúde” é uma unidade móvel com mais de 100 metros quadrados de área construída, onde podemos atender mais de dez especialidades diferentes, como: Oftalmologia, Cardiologia, mamografia, ultrassonografia, eco cardiografia, teste ergométrico, eletrocardiograma, endoscopia digestiva, colonoscopia, otorrinolaringologia, audiometria, urologia, exames de urodinâmica e pequenas cirurgias. Ainda possuímos um “Box da Saúde”, que, construído sob uma base de container marítimo, funciona como uma clínica para até quatro especialidades. E ainda temos a “Van da Saúde”, para uma especialidade. Normalmente trabalhamos na van com a Saúde da mulher (exames clínicos e ultrassonografia) ou eletrocardiografia.

Para o Projeto CIES ser autossustentável é fundamental que as especialidades escolhidas tragam

sempre um equilíbrio financeiro. Quando firmamos contratos de parceria com o poder público, quase sempre somos obrigados a trabalhar com os valores da tabela de preços do Sistema Único de Saúde (SUS). Para viabilizar o projeto, trabalhamos basicamente com dois focos.

A primeira é com o aumento do número de atendimentos para a redução do custo médio por paciente. No ano de 2011 atendemos 12.800 pacientes, com um custo médio de R$ 97,30 por paciente. Para 2012 temos uma meta de atender 54.400 pacientes. Com isso reduziremos o custo médio por paciente para R$ 65,20, o que nos permite atender um número maior de especialidades, mesmo as não rentáveis, mas que nem por isso são menos importantes para a população.

A segunda forma é atender a demanda de empresas, que buscam investir na comunidade onde estão inseridas, pois podemos trabalhar com valores baseados nos custos reais do atendimento. Há empresas que contratam o Projeto CIES, como a Metalfrio, por exemplo, que investe no atendimento diferenciado para os seus colaboradores dependentes e pais destes colaboradores, bem como anualmente investe no atendimento da comunidade que está inserida.

Este modelo de negócio social traz a capacidade financeira para não depender de doações, crescer, investir em tecnologia médica e cumprir com sua missão de tratar, educar e prevenir, levando saúde a pessoas que necessitam e não teriam acesso a um tratamento de boa qualidade em função de sua condição social.

**** CEO do Projeto CIES.***

www.gaiasilvagaede.com.br

GAIA · SILVA · GAEDE & ASSOCIADOS

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

Tributário · Societário · Energia · Oil & Gas · Navegação
Telecomunicações · Financeiro · Econômico

ESCRITÓRIOS

SÃO PAULO, SP
Rua da Quitanda, nº 126
Fone: +55 11 3797-7400
e-mail: gaiasp@gaiasilvagaede.com.br

RIO DE JANEIRO, RJ
Av. Rio Branco, 116 - 9º E 10º andares
Fone: +55 21 2506-0900
e-mail: gaiarj@gaiasilvagaede.com.br

CURITIBA, PR
Rua Mal. Deodoro, 344 - 14º andar
Fone: +55 41 3304-8800
e-mail: gaiapr@gaiasilvagaede.com.br

BELO HORIZONTE, MG
Avenida do Contorno, 7069
Salas 508 a 512
Fone: +55 31 2511-8060
e-mail: gaiabh@gaiasilvagaede.com.br

BRASÍLIA, DF
SRTVN Quadra 701 Conj.C nr. 124
Ala A Salas 519 e 521
Fone: +55 61 3327-9947
e-mail: gaiadf@gaiasilvagaede.com.br

SÃO PAULO · RIO DE JANEIRO · CURITIBA · BELO HORIZONTE · BRASILIA

ESCRITÓRIOS CORRESPONDENTES: **BUENOS AIRES · LIMA · SALT LAKE CITY · MIAMI · NEW YORK**

Graça Foster e o plano de negócios da Petrobras.

FOTO FOLHA DIRIGIDA

A primeira mulher em 58 anos de existência da Petrobras, Maria das Graças Silva Foster assumiu em fevereiro último, o cargo de presidente da Petrobras, a fim de substituir José Sergio Gabrielli de Azevedo, que ocupou a cadeira por seis anos e sete meses. Foster, engenheira, funcionária de carreira da empresa há 32 anos, desde 2007 ocupava o cargo de diretora de Gás e Energia da companhia.

A presidente da República, Dilma Rousseff, participou da cerimônia de posse. Na oportunidade, destacou a importância da companhia para o Brasil. "Conheço a competência do corpo funcional desta empresa, que representa a capacidade deste país de superar desafios. Quero despedir-me do Gabrielli, grande companheiro que dirigiu a Petrobras nos últimos anos, e cumprimentar a Graça Foster, que saberá dar continuidade às conquistas da gestão que termina, com toda a capacidade e seriedade que sempre nortearam a sua vida profissional."

Após assumir o cargo, a executiva, em sua primeira coletiva de imprensa, destacou a estratégia da companhia em relação à política de conteúdo local. A presidente ressaltou que vários e importantes países produtores de petróleo têm políticas semelhantes à do Brasil e observou a importância do ganho de competitividade da indústria brasileira de bens e serviços para o segmento de petróleo e gás. "A questão da competitividade é fundamental", disse aos jornalistas. Foster afirmou que estará em constantes conversas com os fornecedores e que o conteúdo das negociações será, principalmente, em torno de preços e prazos.

Sobre a prevenção de acidentes, a nova presidente da companhia enfatizou a preocupação. "As auditorias internas da Petrobras estão e serão mais rigorosas do que as inspeções de outros órgãos, agências e institutos". Para ela, o assunto deve estar ainda mais presente entre os gerentes e técnicos da Petrobras.

Sobre a área de Exploração e Produção, destacou que lhe será dada prioridade, já que ela consome mais da metade do investimento total e que "o resultado vem, em grande parte, dessa área", disse. Ela avaliou como "extremamente positivo" o crescimento do consumo de combustíveis no Brasil e destacou os investimentos da companhia em refino. "Estamos investindo pesadíssimo em refino. São quatro novas refinarias (em construção) e o mercado precisa ser sustentável para ser ainda maior quando as novas unidades estiverem prontas", avaliou.

PERSPECTIVAS DE INVESTIMENTO

O Plano de Negócios 2011-2015 da Petrobras prevê investimentos de US$ 13,2 bilhões na área de Gás e Energia. A maior parcela dos recursos (US$ 5,9 bilhões) será destinada à conversão de gás natural em ureia e amônia para produção de fertilizantes e à produção de metanol, melamina, ácido acético e ácido fórmico, bem como aos projetos GTL Parafinas, Flua (Arla 32) e sulfato de amônio.

Entre 2012 e 2013, entrarão em operação 14 novos pontos de entrega de gás natural, acompanhando o crescimento do mercado das distribuidoras estimado em 12,5% nesse período, o que equivale a um volume adicional de 5,1 milhões m³/dia.

Até 2015, a Petrobras investirá US$ 1,2 bilhão em ações de eficiência energética e de redução de intensidade de emissões, incluindo pesquisa e desenvolvimento na área. A redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), por exemplo, é tema de dois programas tecnológicos desenvolvidos pelo Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes): o Proclima (Programa Tecnológico de Mudanças Climáticas), que estuda soluções tecnológicas para a redução das emissões nos processos da Companhia, e o ProCO2 (Programa Tecnológico de Gerenciamento do CO2), que visa desenvolver e implementar tecnologias de captura, transporte, armazenamento e aproveitamento do CO2 que será produzido no Pré-Sal. Com a entrada em operação do FPSO Angra dos Reis na Bacia de Santos, a Petrobras reinjeta atualmente 220 toneladas/dia de CO2 no reservatório produtor.

O livro do Boni.

Lançamento da **Editora Casa da Palavra**, em O livro do Boni, o protagonista é José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, o homem que inventou a televisão brasileira tal qual a conhecemos hoje – e que ainda ditou um padrão de excelência que colocou a produção televisiva nacional girando em telinhas pelos quatro cantos do planeta.

O livro reúne uma série de histórias inéditas de sua vida e profissão, que tem como protagonistas alguns dos nomes mais importantes e conhecidos da comunicação do país: seja do rádio, onde ingressou aos 15 anos (fazendo parte, inclusive, de programas históricos como PRK-30) e atuou em seguida em programas célebres; da publicidade (época em que criou campanhas inesquecíveis, como a da Varig) e, é claro, da televisão – não apenas da TV Globo, onde se notabilizou, mas também da TV Tupi, onde ingressou em 1952, TV Paulista, TV Rio, TV Excelsior.

Os grandes autores, como Janete Clair e Dias Gomes, humoristas como Chico Anysio e Jô Soares, e atores que se transformaram em referências nacionais, como Tarcísio Meira, Glória Menezes, Regina Duarte e Tony Ramos, além de notáveis jornalistas e diretores, como Daniel Filho, acompanham as histórias de Boni. O autor relata o convívio carinhoso e difícil com Chacrinha, o surgimento dos especiais de Natal do cantor Roberto Carlos e a relação com Dr. Roberto Marinho e sua família.

Com bom humor e riquezas de detalhes, o leitor terá a chance de conhecer em O livro do Boni mais de 60 anos de história da comunicação brasileira narrada por seu grande mestre. Ao fim, verá que o melhor de todos os enredos é, sem dúvida, o de sua própria vida.

DMAZ/B

Confiança, Compromisso, Segurança...

Estas palavras ficariam soltas se não houvesse o trabalho de 10 anos dedicados a você e a sua empresa.

10 ANOS

BRANCO

Uma história de sucesso.

brancoconsultores.com.br

ADVOGADOS | CONSULTORES TRIBUTÁRIOS | PERÍCIAS CONTÁBEIS

O turismo sustentável precisa ganhar espaço no Brasil.

Maurício Ferraz de Paiva *

O turismo é uma atividade do setor terciário e que vem crescendo cada vez mais no Brasil e no mundo. A riqueza de opções em entretenimento e lazer que o país tem a oferecer ao turista brasileiro e estrangeiro são diversas, com destaque para as belas praias que despertam a atenção de empresários interessados em investir na construção de complexos hoteleiros e parques aquáticos. As regiões costeiras, os campos, as montanhas, os lagos e os rios, juntamente com o clima, constituem os recursos naturais para a realização da experiência turística e existem independentemente da presença de visitantes, mas podem ter a sua disponibilidade e suas características afetadas por eles. Com o crescimento acelerado do turismo e o grande número de empreendimentos implantados, se faz necessário uma maior preocupação em relação aos impactos negativos causados sobre as paisagens dos locais frequentados pelos visitantes e isso precisa ser melhor estudado para tudo ser baseado na sustentabilidade.

Um estudo denominado Documento Referencial Turismo no Brasil 2011-2014 apresenta uma avaliação sobre o dinamismo do setor dentro do ambiente econômico nacional e internacional e procura se antecipar aos principais desafios que a iniciativa pública e a privada terão para preparar o turismo brasileiro para a Copa do Mundo de 2014. O estudo aponta para a consolidação do turismo como produto de consumo do brasileiro. Estima-se que os desembarques domésticos saltem dos 56 milhões, registrados em 2009, para 73 milhões, em 2014. Projeta-se também a geração de 2 milhões de empregos formais e informais de 2010 a 2014. A entrada de divisas internacionais deverão crescer 55%, no mesmo período, subindo de R$ 6,3 bilhões para R$ 8,9 bilhões no ano de realização da Copa no Brasil.

Contudo, deve-se ressaltar que as construções de empreendimentos turísticos para atender esses visitantes provocam uma série de efeitos negativos sobre o meio ambiente: A devastação das florestas, a erosão das encostas, a destruição da cobertura vegetal do solo, a ameaça de extinção de várias espécies da fauna e da flora, a poluição sonora, visual e atmosférica, além da contaminação das águas de lagos, rios e oceanos. Diante de todos esses efeitos deve-se buscar responder o seguinte questionamento: Quais os impactos ambientais gerados por um empreendimento turístico? A deterioração dos ambientes urbanos pela poluição sonora, visual e atmosférica, a violência, os congestionamentos e as doenças provocadas pelo desgaste psicofísico das pessoas são as principais causas da fuga das cidades e da busca do verde nas viagens de férias e de finais de semana. Nessas ocasiões, o homem urbano, agredido em seu próprio meio, passa a agredir os ambientes alheios. Trata-se de um círculo vicioso que é preciso romper por meio de planejamento dos centros urbanos e de medidas enérgicas que visem à conscientização para preservação dos meios naturais, promovendo a sua conservação e perenização.

O impacto ambiental é entendido como qualquer alteração nas propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança, o bem estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais. É essencial que as empresas tenham plena consciência de todos os impactos gerados por sua atividade, para que dessa forma possa preparar-se e realizar os procedimentos indicados em cada caso. Cada atividade gera um tipo ou vários tipos de resíduos diferenciados, sendo, portanto, não viável a adoção de tratamentos generalizados. É preciso tomar algumas iniciativas, alinhadas à preocupação com a questão ambiental, que dão subsídios para que a exploração do turismo em diversas áreas do mundo possam acontecer, assegurado a sustentabilidade do meio ambiente e a consolidação do setor turístico, não como usurpador dos recursos naturais e econômicos de uma região, mas como agente facilitador da preservação ambiental e do surgimento de novas oportunidades de crescimento econômico, social e humano.

Por todos esses desafios, a NBR 15401, de 2006, especifica os requisitos relativos à sustentabilidade de meios de hospedagem, estabelecendo critérios mínimos específicos de desempenho em relação à sustentabilidade e permitindo formular uma política e objetivos que levem em conta os requisitos legais e as informações referentes aos impactos ambientais, socioculturais e econômicos significativos, de acordo com explicações do presidente da Target Engenharia e Consultoria, Mauricio Ferraz de Paiva. “Ela se aplica

aos aspectos que podem ser controlados pelo empreendimento ou sobre os quais ele possa exercer influência e em qualquer meio de hospedagem que deseje implementar, manter e aprimorar práticas sustentáveis para as suas operações, assegurar-se de sua conformidade com sua política de sustentabilidade definida, demonstrar tal conformidade a terceiros e buscar a certificação segundo essa norma por uma organização externa", explica.

Segundo ele, o turismo - que é um dos maiores segmentos econômicos do mundo - é cada vez mais objeto de atenção em relação à sua potencial contribuição para o desenvolvimento sustentável e ao mesmo tempo quanto aos impactos que pode provocar nos campos ambiental, sociocultural e econômico. As organizações de todos os tipos no setor do turismo estão cada vez mais preocupadas em atingir e demonstrar um desempenho correto em relação à sustentabilidade, gerindo o impacto de suas atividades, produtos ou serviços, levando em consideração sua política e seus objetivos de sustentabilidade. "Esse comportamento se insere no contexto de uma legislação cada vez mais exigente, do desenvolvimento de políticas econômicas, de outras medidas destinadas a estimular a proteção ao meio ambiente e ao patrimônio cultural e de uma crescente preocupação das partes interessadas, em particular os clientes, em relação à qualidade, às questões ambientais e ao desenvolvimento sustentável", assegura.

Em vista disso, muitas iniciativas têm surgido com o propósito de promover o turismo sustentável. O desenvolvimento de normas que estabeleçam os requisitos mínimos para o turismo sustentável, aliadas a mecanismos de certificação, tem se destacado como uma das tendências mais presentes no mercado internacional, despertando um maior engajamento das partes interessadas. Essa norma estabelece requisitos para meios de hospedagem que possibilitem planejar e operar as suas atividades de acordo com os princípios estabelecidos para o turismo sustentável. Ela foi redigida de forma a aplicar-se a todos os tipos e portes de organizações e para adequar-se a diferentes condições geográficas, culturais e sociais, mas com atenção particular à realidade e à aplicabilidade às pequenas e médias empresas. Nesse sentido, essa NBR estabelece requisitos objetivos que podem ser verificados, seja para fins de certificação, seja para os empreendimentos efetuarem autoavaliações fidedignas e comprováveis.

O presidente da Target destaca que existe uma importante distinção entre esta especificação, que descreve os requisitos para a sustentabilidade de um meio de hospedagem e possibilita a sua verificação e inclusive a certificação, e uma diretriz não certificável destinada a prover orientação genérica a um meio de hospedagem que visa implementar ou aprimorar práticas de turismo sustentável. Para Mauricio, a sustentabilidade do turismo é fundamentada por um conjunto mínimo de princípios. "Várias iniciativas têm sido empreendidas para estabelecer esse conjunto mínimo de princípios. Embora variem em termos de redação, de uma forma geral, os diversos conjuntos de princípios disponíveis têm um núcleo essencial comum".

O turismo deve respeitar a legislação vigente em todos os níveis no país e as convenções internacionais de que o país é signatário. Outra é garantir os direitos das populações locais, já que o turismo deve buscar e promover mecanismos e ações de responsabilidade social, ambiental e de equidade econômica, inclusive a defesa dos direitos humanos e de uso da terra, mantendo ou ampliando, a médio e longo prazos, a dignidade dos trabalhadores e comunidades envolvidas.

Outra iniciativa é conservar o ambiente natural e sua biodiversidade, pois em todas as fases de implantação e operação, o turismo deve adotar práticas de mínimo impacto sobre o ambiente natural, monitorando e mitigando efetivamente os impactos, de forma a contribuir para a manutenção das dinâmicas e processos naturais em seus aspectos paisagísticos, físicos e biológicos, considerando o contexto social e econômico existente. Também deve considerar o patrimônio cultural e os valores locais. O turismo deve reconhecer e respeitar o patrimônio histórico-cultural das regiões e localidades receptoras e ser planejado, implementado e gerenciado em harmonia com as tradições e valores culturais, colaborando para seu desenvolvimento. Igualmente, deve estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos. O turismo deve contribuir para o fortalecimento das economias locais, a qualificação das pessoas, a geração crescente de trabalho, emprego e renda e o fomento da capacidade local de desenvolver empreendimentos turísticos", acrescenta.

Para ser sustentável, o turismo deve avaliar a satisfação do turista e verificar a adoção de padrões de higiene, segurança, informação, educação ambiental e atendimento estabelecidos, documentados, divulgados e reconhecidos. E deve estabelecer procedimentos éticos de negócio, visando engajar a responsabilidade social, econômica e ambiental de todos os integrantes da atividade, incrementando o comprometimento do seu pessoal, fornecedores e turistas, em assuntos de sustentabilidade, desde a elaboração de sua missão, objetivos, estratégias, metas, planos e processos de gestão.

Presidente da Target Engenharia.

Sua empresa sabe gerenciar projetos?

*Paul Dinsmore**

Ao longo da vida, os seres humanos passam por estágios de amadurecimento, pessoal e profissional, e as empresas transitam por semelhante caminho. Em muitos casos, o comportamento das pessoas depende da posição em que estas se encontram em suas trajetórias. Analogicamente, as companhias demonstram comportamentos que refletem seu nível de maturidade.

O amadurecimento empresarial em atividades relacionadas a gerenciamento de projetos não está necessariamente vinculado à passagem do tempo. Uma companhia pode estar em operação há 100 anos, sendo altamente amadurecida em marketing e relações com clientes, mas ainda estar engatinhando quando se trata de gestão de grandes projetos. Outra empresa pode ter poucos anos de existência, mas operar em um modelo desejado pelas concorrentes desde a fundação.

O tempo e o bom senso nos ensinam que a administração de uma empresa baseada em uma abordagem puramente intuitiva e aleatória costuma dar menos resultado do que uma gestão em que os projetos são controlados e gerenciados por metodologias comprovadamente acertadas. Antes de qualquer ação, no entanto, uma completa avaliação do nível de maturidade da empresa e de seus gestores se faz necessária para identificar os pontos fortes e fracos da organização.

Hoje, há vários modelos para analisar o nível de capacitação em gerenciamento de projetos. Em comum, todos têm cinco bases estabelecidas: Capacidade Inicial, quando a gestão ainda não tem clareza, sendo constantemente afetada por problemas de custo, qualidade e programação; Capacidade Repetitiva, em que o planejamento, a programação, o controle e previsão passam a ser apropriados, mas os resultados não são evidentes por falta de experiência; Capacidade Definida, onde os sistemas de gerenciamento são documentados e se integram aos demais procedimentos, conferindo elevado grau de precisão e previsibilidade; Capacidade Gerenciada, em que toda a administração é medida e controlada, estando permanentemente conectada ao fluxo de informações; e Capacidade de Otimização, quando o banco de dados históricos criado pode ser consultado para fazer estimativas, criando uma integração firme para o escopo do projeto.

Com o modelo em mãos, parte-se, enfim, para a avaliação da empresa em si. Uma abordagem clássica consiste em analisar a companhia e seus executivos em relação à execução de algumas tarefas, como administração dos custos, tempo e qualidade, entre outras ações, ao longo das fases clássicas de um projeto - *start-up*, planejamento, execução, controle e encerramento. Para um modelo de maturidade estar completo, o levantamento também deverá focalizar todas as áreas ao longo de cada fase do projeto, incluindo fornecedores. Avaliações dos concorrentes também são bem-vindas.

Uma vez determinado o nível de maturidade, quais são os passos seguintes? Criar conscientização e gerar envolvimento dos gestores e colaboradores é uma ótima maneira de começar a aumentar o interesse pelo aprimoramento da prática de gerenciamento de projetos dentro da empresa. A conscientização também pode ser aumentada por meio da abordagem do tema em reuniões e discussões.

A seguir, parte-se para o desenvolvimento de um plano, que necessariamente deve incluir um objetivo claramente definido, a estratégia de implantação e de administração dos stakeholders, além de programação objetiva para a área de comunicação. Implantar, controlar e ajustar são as etapas seguintes, pois qualquer projeto é suscetível a acontecimentos bloqueadores, como anúncios de fusões ou incorporações, reestruturações e mudança de stakeholders, entre outros.

Entre os equívocos comuns na realização de projetos estão a falta de visão e de planejamento estratégico. Neste caso, seria o equivalente a colocar o "carro adiante dos bois". Deve-se ter cuidado também com a miopia gerencial. A visão do gestor deve ser voltada tanto para fora do projeto quanto para dentro, pois há inúmeros fatores aparentemente externos que influenciam fortemente o seu andamento, desde políticos a ambientais.

** Presidente da Dinsmore Associates e membro do Project Management Institute (PMI).*

PPF Brazil

Contadores

www.ppfbrazil.com.br
Telefone 55+ (21) 2224-3794

Terceirização, redução de custos e aumento da qualidade.

*André Arruda**

Quando um empresário busca a contratação de terceiros para a realização de atividades certamente tem em mente ideias como racionalização de custos, economia de recursos, aumento da qualidade, desburocratização da administração e efetividade.

Terceirizar uma atividade nada mais é do que repassar a um terceiro a sua realização. Em âmbito empresarial e de acordo com a legalidade, só é possível terceirizar atividade-meio, salvo exceção da Lei 6.019/74, que rege o trabalho temporário, aquele que tem lugar para substituir pessoal regular e permanente ou suprir acréscimo extraordinário de serviços.

Por sua vez, atividade-meio é aquela que se presta a dar condições para que uma empresa atinja seus objetivos sociais. Tome-se o exemplo de uma empresa que fabrica equipamentos médicos e necessita contratar uma empresa que lhe preste os serviços de limpeza. A atividade de limpeza, no vertente caso, pode ser definida como atividade-meio da fabricação.

Nessa esteira, a terceirização pressupõe a entrega a terceiros de algumas das atividades. A empresa tomadora, definida como aquela que irá terceirizar alguma atividade-meio, contrata um prestador de serviço para executar tarefa que não esteja relacionada ao seu objetivo principal, descrito em contrato social.

Para identificar áreas que podem ser terceirizadas deve-se analisar criteriosamente o contrato social das empresas e as cláusulas que descrevem os respectivos objetos sociais. Um objeto social descrito de forma clara, precisa e detalhada possibilitará a definição acertada da atividade-fim.

O artigo 581, parágrafo 2º da CLT dispõe que se entende por atividade-fim a que caracterizar a unidade de produto, operação ou objetivo final, para cuja obtenção todas as demais convirjam, exclusivamente em regime de conexão funcional.

É ilegal a terceirização ligada diretamente ao produto final, ou seja, a atividade-fim. Isolando e definindo acertadamente a atividade-fim, todas as demais podem ser legalmente terceirizadas.

Não há que se falar em desvantagem na terceirização, pensando no dinamismo e celeridade do mundo empresarial contemporâneo. Todavia, é notório que a terceirização deve ser sempre precedida de estudo por parte do empresário com o intuito de dirimir riscos e evitar com que sua relação com os empregados da empresa prestadora de serviços possa ser configurada como uma relação de emprego. Em hipótese alguma deve-se perder de vista que a existência de subordinação direta entre a empresa tomadora de serviços e os empregados da prestadora caracterizará a ilicitude da terceirização.

Por fim, havendo demanda trabalhista por parte de um empregado da terceirizada, a tomadora dos serviços, quando chamada ao processo, responderá de forma subsidiária pelos débitos trabalhistas que a prestadora deixou de pagar ao empregado.

* ***Sócio do escritório Sevilha, Andrade, Arruda Advogados. Especialista em Contratos e Direito Administrativo.***

Expediente

O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF Rio de Janeiro - criado em 19 de maio de 1971, na cidade de sua sede nacional, o Rio de Janeiro, é uma entidade de utilidade sem fins lucrativos considerada de utilidade pública nas esferas do governo federal, estadual e municipal, apartidária e que reúne os principais executivos e empresários do país.

Avenida Rio Branco, 156/4º andar Ala C - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP:20040-003 - Tel: (021) 2217-5555 Fax: (21) 2262-6247- www.ibefrio.org.br

BIÊNIO 2011/2013 - IBEF RIO DE JANEIRO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente - *Theóphilo de Azeredo Santos*

Vice-Presidente - *Márcio João de Andrade Fortes*

Membros - *Henrique Luz, João Carlos França de Luca, José Carlos Monteiro, Luiz Leonardo Cantidiano, Manuel Fernandes Rodrigues de Sousa, Ricardo E. Vieira Coelho e Thomas Klien.*

DIRETORIA

Presidente
Roberto Lima Netto

Diretor Executivo
Marcos Chouin Varejão

CONSELHO FISCAL

Presidente - *Severino José da Silva*

Membros e Suplentes - *Antonio A. B. de Andrade, João Carlos Reichmann Mader , Luiz Affonso Romano, Luiz Eduardo Marinho e Ricardo Duarte Carneiro Monteiro.*

Conselho Consultivo
Ary da Silva Graça Filho, Marcos Chouin Varejão, Ney Roberto Ottoni de Brito, Orlando Galvão Filho, Reynaldo Vilardo Aloy, Theóphilo de Azeredo Santos e Valmar Souza Paes.

Revista IBEF

Conselho Editorial
Eduardo Facó Lemgruber, Henrique Luz, João Paulo dos Reis Velloso, José Gandelman, Luiz Leonardo Cantidiano, Márcio Fontes, Marcos Chouin Varejão, Merval Pereira, Nilton Molina, Renato Flores, Roberto Lima Netto, Sidney Rezende, Theóphilo de Azeredo Santos, Valmar Paes

Editor Responsável
Eduardo Cantidiano

Coordenação Editorial
Mara Iglesias

Jornalista
Vilma Goulart (MTB 18585)

Programação Visual
Red Design Comunicação

Fotos
Banco de imagens Red Design

Publicidade e Marketing
EC - Editora e Comunicação
Eduardo Cantidiano
e.cantidiano@openlink.com.br
(21) 9619-0771

Distribuição
Simone Lira

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de artigos publicados na Revista IBEF, desde que citada a fonte.
O IBEF não se responsabiliza por opiniões emitidas em artigos assinados.

Rio+20: um balanço sobre a sustentabilidade nas últimas décadas.

*Carlos Rossin**

O modelo de produção e consumo que prevalece no mundo há dezenas, centenas de anos, não garante a manutenção das riquezas naturais e, consequentemente, a sustentabilidade do planeta. O PIB (Produto Interno Bruto), um dos principais indicadores do crescimento de um país, e sua equação não incorporam as relações dos impactos ambientais e dos recursos naturais com as de produção. Por exemplo, no caso de um desastre ambiental, o PIB aumenta em vez de diminuir, pois a remediação ambiental gera diversas atividades econômicas que esse indicador interpreta como positivas, ou seja, quando se polui, há crescimento.

Para discutir esse tema e os desafios quanto à estruturação de uma economia voltada para o desenvolvimento sustentável teremos em junho, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a "Rio+20". A conferência que celebra os 20 anos da Eco92, evento que colocou o Brasil em destaque como um dos países na vanguarda da discussão socioambiental, não envolve apenas a Conferência da ONU (Organização das Nações Unidas), mas, sim, uma série de eventos que a precedem. A "Rio+20" deve ser o maior evento já realizado pela ONU, pelo qual devem passar mais de uma centena de chefes de Estado e cerca de 50 mil representantes da sociedade civil, dos governos, das empresas e do terceiro setor.

Apesar de uma agenda muito ampla no contexto da economia verde ou *green economy*, o Brasil terá espaço para discutir elementos que competem ao seu próprio desenvolvimento, como saneamento básico, saúde e educação, cujos indicadores são no mínimo toleráveis nos países desenvolvidos, mas que precisam de grandes avanços no nosso país.

A gestão de resíduos sólidos é um exemplo desafiador para a administração pública no país: nos últimos dez anos, a população brasileira cresceu 12% segundo o IBGE e a produção desses resíduos, 90%. Além da quantidade, a diversidade dos resíduos hoje é bem maior que há 10 anos, puxada pela expansão do consumo e das áreas urbanas. A materialização do que deve ser feito está em recentes legislações, com destaque para a Política Nacional de Saneamento Básico (Lei no 11.445/07) e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) (Lei no 12.305/10).

A Rio+20 será um momento histórico para o Brasil e uma vitrine para o mundo. É a oportunidade e a possibilidade para se liderar as discussões rumo a um mundo mais sustentável. O momento não poderia ser mais oportuno para país, pois estamos reorganizando e ampliando nossa infraestrutura e, dependendo do que construirmos poderemos influenciar o consumo de amanhã. Iremos ampliar a malha rodoviária para possibilitar a circulação de maior quantidade de veículos ou devemos investir na malha ferroviária e incentivar o transporte público?

Enfim, são essas as discussões e decisões que marcarão para sempre a qualidade de vida das futuras gerações. A Rio+20 pretende ser o espaço para essa reflexão da sociedade.

Diretor da PwC Brasil e especialista em sustentabilidade.

Trem do Corcovado
Trem do Corcovado
O passeio e o visual são tão belos que o filho de Deus resolveu até morar aqui.
CORCOVADO
www.corcovado.com.br

BRADESCO. **ÚNICO BRASILEIRO** ENTRE AS 10 MARCAS DE BANCO MAIS VALIOSAS DO MUNDO.

Pela sexta vez consecutiva, o Bradesco é a instituição financeira do País melhor posicionada no ranking The Top 500 Banking Brands*.

Isso é resultado da Presença do Bradesco trabalhando sempre com transparência, qualidade em produtos e serviços e responsabilidade socioambiental.

MARCAS DE BANCOS MAIS VALIOSAS

BANCO	PAÍS DE ORIGEM	EM BILHÕES DE US$
1 - HSBC	REINO UNIDO	27,597
2 - WELLS FARGO	EUA	23,229
3 - BANK OF AMERICA	EUA	22,910
4 - SANTANDER	ESPANHA	19,969
5 - CHASE	EUA	18,964
6 - CITI	EUA	18,639
7 - AMERICAN EXPRESS	EUA	18,231
8 - BNP PARIBAS	FRANÇA	16,809
9 - BRADESCO	BRASIL	15,692
10 - CHINA CONSTRUCTION BANK	CHINA	15,464

*Ranking da Brand Finance, publicado na revista The Banker. Fonte: Brand Finance.

Baixe um leitor de QR Code em seu celular e aproxime o telefone do código ao lado.

bradesco.com.br/ri

Fone Fácil Bradesco: 4002 0022 / 0800 570 0022
SAC Alô Bradesco: 0800 704 8383
SAC Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800 722 0099
Ouvidoria: 0800 727 9933